

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	13
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	14
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	16
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	17
--------------------------------	----

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016	18
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015	19
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	20
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	21
--------------------------	----

Notas Explicativas	30
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	75
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	76
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	77
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	158.488
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>158.488</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	1.415.728	1.421.200
1.01	Ativo Circulante	612.482	611.817
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	82.215	81.761
1.01.02	Aplicações Financeiras	85.260	100.478
1.01.03	Contas a Receber	202.005	175.837
1.01.03.01	Clientes	202.005	175.837
1.01.04	Estoques	207.319	205.088
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.640	20.153
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.640	20.153
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	866	4.964
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	12.774	15.189
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.980	3.410
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	18.063	25.090
1.01.08.03	Outros	18.063	25.090
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	11.250	14.850
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	2.417	2.796
1.01.08.03.04	Outros	4.396	7.444
1.02	Ativo Não Circulante	803.246	809.383
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	342.152	354.216
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	156.436	168.864
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	68.500	84.263
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	87.936	84.601
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	185.716	185.352
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	72.869	59.899
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	48.621	48.621
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	8.523	10.477
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	25.014	22.718
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	9.676	9.676
1.02.01.09.08	Aplicações financeiras	6.135	5.826
1.02.01.09.09	Adiantamento futuro aumento de capital	14.276	27.321
1.02.01.09.10	Outros	602	814
1.02.02	Investimentos	10.287	678
1.02.02.01	Participações Societárias	10.287	678
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	10.070	480
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	217	198
1.02.03	Imobilizado	435.697	436.679
1.02.04	Intangível	15.110	17.810

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	1.415.728	1.421.200
2.01	Passivo Circulante	595.128	417.770
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	35.259	26.192
2.01.02	Fornecedores	122.483	112.665
2.01.03	Obrigações Fiscais	26.855	18.858
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	26.855	18.858
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	9.399	9.018
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	17.456	9.840
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	358.963	210.714
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	159.371	210.053
2.01.04.02	Debêntures	199.592	661
2.01.05	Outras Obrigações	50.382	45.476
2.01.05.02	Outros	50.382	45.476
2.01.05.02.04	Cessão de Crédito Fornecedores	15.461	15.642
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	13.742	13.732
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	7.799	7.646
2.01.05.02.08	Outros	13.380	8.456
2.01.06	Provisões	1.186	3.865
2.01.06.02	Outras Provisões	1.186	3.865
2.01.06.02.06	Provisão para Participação nos Lucros	1.186	3.865
2.02	Passivo Não Circulante	577.629	771.584
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	298.516	485.904
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	298.516	289.067
2.02.01.02	Debêntures	0	196.837
2.02.02	Outras Obrigações	132.774	120.842
2.02.02.02	Outros	132.774	120.842
2.02.02.02.03	Fornecedores	60.634	47.923
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	71.060	72.919
2.02.02.02.08	Outros	1.080	0
2.02.03	Tributos Diferidos	11.199	21.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.199	21.665
2.02.04	Provisões	135.140	143.173
2.02.04.02	Outras Provisões	135.140	143.173
2.02.04.02.04	Provisão para Perda em Investimentos	77.338	93.389
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	49.093	41.075
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	8.709	8.709
2.03	Patrimônio Líquido	242.971	231.846
2.03.01	Capital Social Realizado	119.565	99.565
2.03.04	Reservas de Lucros	118.310	139.193
2.03.04.01	Reserva Legal	15.113	15.113
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	103.197	86.070
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	12.504
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	0	25.506
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.590	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	6.686	-6.912

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	233.480	454.566	234.654	458.049
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-168.334	-320.088	-155.124	-305.838
3.03	Resultado Bruto	65.146	134.478	79.530	152.211
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-48.679	-108.436	-46.154	-91.361
3.04.01	Despesas com Vendas	-48.235	-97.111	-37.228	-72.839
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.540	-18.051	-7.978	-15.230
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.830	2.103	5.048	5.213
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	1.830	2.103	5.048	5.213
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	210	-6.810	-4.744	-10.297
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	210	-6.810	-4.744	-10.297
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.056	11.433	-1.252	1.792
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	16.467	26.042	33.376	60.850
3.06	Resultado Financeiro	-18.529	-37.548	-12.273	-26.178
3.06.01	Receitas Financeiras	9.622	21.334	7.241	20.622
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.904	16.167	7.241	20.622
3.06.01.02	Varição Cambial, Líquida	1.718	5.167	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.151	-58.882	-19.514	-46.800
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-28.151	-58.882	-18.867	-33.938
3.06.02.02	Varição Cambial, Líquida	0	0	-647	-12.862
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-2.062	-11.506	21.103	34.672
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.096	9.316	-6.873	-9.658
3.08.01	Corrente	0	-1.150	-5.013	-11.292
3.08.02	Diferido	6.096	10.466	-1.860	1.634
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.034	-2.190	14.230	25.014
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	4.034	-2.190	14.230	25.014
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02545	-0,01382	0,08979	0,15783

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02545	-0,01382	0,08979	0,15783

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	4.034	-2.190	14.230	25.014
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.135	14.198	2.149	-9.100
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	7.135	14.198	2.149	-9.100
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.169	12.008	16.379	15.914

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	14.887	21.754
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.626	75.783
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	-11.506	34.672
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	17.951	13.910
6.01.01.03	Equivalência Patrimonial	-11.433	-1.792
6.01.01.04	Variação Cambial Não Realizada	-9.826	13.256
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	1.136	673
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	1.471	340
6.01.01.07	Provisão para Contingências	9.496	6.710
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-8.744	-6.276
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros e Incentivo de Longo Prazo	-2.679	2.350
6.01.01.10	Outras Provisões	-1.923	-72
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-2.296	-5.880
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-3.335	-3.439
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	3.240	3.190
6.01.01.17	Juros Provisionados de Empréstimos	31.706	20.065
6.01.01.19	Outros	1.368	-1.924
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	30.307	-26.428
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-27.607	-13.206
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	10	933
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-3.367	9.465
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	2.690	-1.275
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-12.970	-7.219
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Tributos a Recuperar	4.369	1.249
6.01.02.09	(Aumento)/Redução de Aplicação Financeira Vinculada	14.909	0
6.01.02.10	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	22.547	-18.741
6.01.02.11	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	379	-1.178
6.01.02.12	(Aumento)/Redução de Provisão para Contingência	-1.478	0
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-4.718	-4.390
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	27.616	6.877
6.01.02.15	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	7.927	1.057
6.01.03	Outros	-30.046	-27.601
6.01.03.01	Juros Pagos	-30.046	-16.583
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	0	-11.018
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	3.167	-92.509
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-14.467	-77.811
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-546	-3.924
6.02.04	Dividendos Recebidos	3.600	5.290
6.02.05	(Concessão)/Recebimento de Créditos com Partes Relacionadas	1.535	1.786
6.02.06	Integralização de Capital em Controladas	0	-440
6.02.07	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	13.045	-17.410
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.600	6.743
6.03.01	Captção de Empréstimos e Financiamentos	102.906	143.023
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-120.506	-97.707



**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.03.03	Dividendos pagos	0	-38.573
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	454	-64.012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	81.761	87.803
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	82.215	23.791

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.590	13.598	12.008
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.190	0	-2.190
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	600	13.598	14.198
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	600	-600	0
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	14.198	14.198
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	20.000	0	-20.883	0	0	-883
5.06.04	Aumento de Capital Social	20.000	0	-20.000	0	0	0
5.06.05	Juros sobre Capital Próp	0	0	-883	0	0	-883
5.07	Saldos Finais	119.565	0	118.310	-1.590	6.686	242.971

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.613	-9.699	15.914
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.014	0	25.014
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	599	-9.699	-9.100
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	599	-599	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-9.100	-9.100
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	23.000	0	-45.198	0	0	-22.198
5.06.04	Aumento de Capital Social	23.000	0	-23.000	0	0	0
5.06.05	Aprovação de Dividendos Adicionais	0	0	-22.198	0	0	-22.198
5.07	Saldos Finais	99.565	0	98.551	25.613	7.257	230.986

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.01	Receitas	571.183	613.244
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	567.307	567.639
7.01.02	Outras Receitas	2.677	6.779
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.670	38.486
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.471	340
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-303.840	-327.958
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-224.087	-224.824
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-81.265	-102.905
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.512	-229
7.03	Valor Adicionado Bruto	267.343	285.286
7.04	Retenções	-17.951	-13.910
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.951	-13.910
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	249.392	271.376
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	63.879	72.468
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	11.433	1.792
7.06.02	Receitas Financeiras	52.446	70.676
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	313.271	343.844
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	313.271	343.844
7.08.01	Pessoal	96.467	89.502
7.08.01.01	Remuneração Direta	81.611	76.921
7.08.01.02	Benefícios	9.251	7.826
7.08.01.03	F.G.T.S.	5.605	4.755
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	123.867	128.590
7.08.02.01	Federais	51.741	67.845
7.08.02.02	Estaduais	71.693	60.437
7.08.02.03	Municipais	433	308
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	95.127	100.738
7.08.03.01	Juros	89.994	96.853
7.08.03.02	Aluguéis	5.133	3.885
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.190	25.014
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.190	25.014

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
1	Ativo Total	1.356.772	1.351.893
1.01	Ativo Circulante	630.160	639.604
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	91.116	87.664
1.01.02	Aplicações Financeiras	85.260	100.478
1.01.03	Contas a Receber	217.557	208.367
1.01.03.01	Clientes	217.557	208.367
1.01.04	Estoques	207.665	205.291
1.01.06	Tributos a Recuperar	15.606	22.775
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	15.606	22.775
1.01.06.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	1.318	6.020
1.01.06.01.02	Demais Tributos Correntes a Recuperar	14.288	16.755
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	12.956	15.029
1.01.08.03	Outros	12.956	15.029
1.01.08.03.03	Adiantamento a Fornecedores	1.394	2.053
1.01.08.03.04	Outros	11.562	12.976
1.02	Ativo Não Circulante	726.612	712.289
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	259.434	242.657
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	87.936	84.601
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	87.936	84.601
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	171.498	158.056
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	72.904	59.924
1.02.01.09.04	Recebíveis da Eletrobrás	48.621	48.621
1.02.01.09.05	Tributos a Recuperar	8.523	10.477
1.02.01.09.06	Ativo Tributário	25.014	22.718
1.02.01.09.07	Ativo Atuarial	9.676	9.676
1.02.01.09.08	Aplicações Financeiras	6.135	5.826
1.02.01.09.09	Outros	625	814
1.02.02	Investimentos	217	198
1.02.02.01	Participações Societárias	217	198
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	217	198
1.02.03	Imobilizado	443.864	444.194
1.02.04	Intangível	23.097	25.240

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2016</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2015</b>
2	Passivo Total	1.356.772	1.351.893
2.01	Passivo Circulante	611.104	439.490
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.833	29.015
2.01.02	Fornecedores	126.189	127.352
2.01.03	Obrigações Fiscais	29.267	20.400
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	29.267	20.400
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	1.239	571
2.01.03.01.02	Parcelamento de Obrigações Tributárias	9.465	9.081
2.01.03.01.03	Impostos, Taxas e Contribuições	18.563	10.748
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	358.963	210.714
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	159.371	210.053
2.01.04.02	Debêntures	199.592	661
2.01.05	Outras Obrigações	56.243	47.481
2.01.05.02	Outros	56.243	47.481
2.01.05.02.04	Cessão de Crédito Fornecedores	15.461	15.642
2.01.05.02.05	Adiantamento de Clientes	19.371	15.301
2.01.05.02.06	Dividendos a Pagar	7.820	7.667
2.01.05.02.08	Outros	13.591	8.871
2.01.06	Provisões	1.609	4.528
2.01.06.02	Outras Provisões	1.609	4.528
2.01.06.02.06	Provisões para Participação nos Lucros	1.609	4.528
2.02	Passivo Não Circulante	502.677	680.547
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	299.633	487.014
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	299.633	290.177
2.02.01.02	Debêntures	0	196.837
2.02.02	Outras Obrigações	133.274	121.342
2.02.02.02	Outros	133.274	121.342
2.02.02.02.03	Fornecedores	60.634	47.923
2.02.02.02.06	Parcelamento de Obrigações Tributárias	71.542	73.414
2.02.02.02.08	Outros	1.098	5
2.02.03	Tributos Diferidos	11.199	21.665
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.199	21.665
2.02.04	Provisões	58.571	50.526
2.02.04.02	Outras Provisões	58.571	50.526
2.02.04.02.05	Provisões para Contingências	49.235	41.190
2.02.04.02.06	Provisão para Incentivo de Longo Prazo	9.336	9.336
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	242.991	231.856
2.03.01	Capital Social Realizado	119.565	99.565
2.03.04	Reservas de Lucros	118.310	139.193
2.03.04.01	Reserva Legal	15.113	15.113
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	103.197	86.070
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	12.504
2.03.04.10	Reserva de Lucros a Destinar	0	25.506
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-1.590	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	6.686	-6.912
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	20	10

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	256.578	497.939	259.308	500.664
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-169.520	-321.309	-160.875	-311.040
3.03	Resultado Bruto	87.058	176.630	98.433	189.624
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-66.352	-143.263	-62.279	-122.798
3.04.01	Despesas com Vendas	-59.609	-120.755	-49.592	-94.465
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-9.705	-18.616	-9.269	-16.803
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.956	3.229	5.052	5.218
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	2.956	3.229	5.052	5.218
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	6	-7.121	-8.470	-16.748
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	6	-7.121	-8.470	-16.748
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.706	33.367	36.154	66.826
3.06	Resultado Financeiro	-18.873	-38.493	-12.269	-26.173
3.06.01	Receitas Financeiras	9.952	21.489	7.492	21.062
3.06.01.01	Receitas Financeiras	8.160	16.618	7.492	21.062
3.06.01.02	Variação Cambial, Líquida	1.792	4.871	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-28.825	-59.982	-19.761	-47.235
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-28.825	-59.982	-19.114	-34.373
3.06.02.02	Variação Cambial, Líquida	0	0	-647	-12.862
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.833	-5.126	23.885	40.653
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	2.207	2.946	-9.650	-15.629
3.08.01	Corrente	-3.889	-7.520	-7.790	-17.263
3.08.02	Diferido	6.096	10.466	-1.860	1.634
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	4.040	-2.180	14.235	25.024
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	4.040	-2.180	14.235	25.024
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	4.034	-2.190	14.230	25.014
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6	10	5	10
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
3.99.01.01	ON	0,02545	-0,01382	0,08979	0,15783
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,02545	-0,01382	0,08979	0,15783



**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2015 à 30/06/2015</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	4.040	-2.180	14.235	25.024
4.02	Outros Resultados Abrangentes	7.135	14.198	2.149	-9.100
4.02.02	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	7.135	14.198	2.149	-9.100
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	11.175	12.018	16.384	15.924
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.169	12.008	16.379	15.914
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	6	10	5	10

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	38.406	14.672
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	33.017	81.943
6.01.01.01	Lucro/Prejuízo do Exercício Antes dos Tributos	-5.126	40.653
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	19.133	14.268
6.01.01.04	Variação Cambial Não Realizada	-9.856	13.296
6.01.01.05	Provisão de Estoque a Valor de Mercado	1.136	673
6.01.01.06	Provisão para Devedores Duvidosos	1.555	340
6.01.01.07	Provisão para Contingências	9.534	6.727
6.01.01.08	Provisão de Obrigações Trabalhistas	-9.252	-8.123
6.01.01.09	Provisão para Participação nos Lucros	-2.919	2.793
6.01.01.10	Outras Provisões	-1.849	-780
6.01.01.13	Atualizações de Ativos Tributários	-2.296	-5.880
6.01.01.14	Atualizações de Créditos com Outras Pessoas Ligadas	-3.335	-3.439
6.01.01.15	Encargos Financeiros com Tributos Parcelados	3.262	3.212
6.01.01.18	Juros Provisionados de Empréstimos	31.659	20.127
6.01.01.20	Outros	1.371	-1.924
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	38.876	-34.037
6.01.02.01	(Aumento)/Redução do Contas a Receber	-10.713	-22.641
6.01.02.02	Aumento/(Redução) do Adiantamento de Clientes	4.070	2.879
6.01.02.04	(Aumento)/Redução do Estoque	-3.510	-7.875
6.01.02.05	(Aumento)/Redução de Depósitos Judiciais	-12.980	-7.221
6.01.02.06	(Aumento)/Redução de Tributos a Recuperar	4.421	-4.024
6.01.02.07	(Aumento)/Redução de Aplicações Financeiras Vinculadas	14.909	0
6.01.02.08	(Aumento)/Redução de Outros Ativos	1.603	-4.669
6.01.02.09	Aumento/(Redução) do Contas a Pagar	11.566	-980
6.01.02.10	(Aumento)/Redução de Adiantamento a Fornecedores	659	-789
6.01.02.11	(Aumento)/Redução de Provisões para Contingências	-1.489	0
6.01.02.12	Aumento/(Redução) de Parcelamentos	-4.750	-4.420
6.01.02.13	Aumento/(Redução) de Obrigações Fiscais e Trabalhistas	27.428	12.514
6.01.02.14	Aumento/(Redução) de Outras Contas a Pagar	7.662	3.189
6.01.03	Outros	-33.487	-33.234
6.01.03.01	Juros Pagos	-30.046	-16.583
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-3.441	-16.651
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-17.407	-86.664
6.02.01	Aquisição do Ativo Imobilizado	-16.116	-79.940
6.02.02	Aquisição do Ativo Intangível	-1.291	-6.724
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-17.547	6.742
6.03.01	Captação de Empréstimos e Financiamentos	102.960	143.023
6.03.02	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos	-120.506	-97.707
6.03.03	Dividendos pagos	-1	-38.574
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	3.452	-65.250
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	87.664	92.383
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	91.116	27.133

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/06/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846	10	231.856
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	99.565	0	139.193	0	-6.912	231.846	10	231.856
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-1.590	13.598	12.008	10	12.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-2.190	0	-2.190	10	-2.180
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	600	13.598	14.198	0	14.198
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	600	-600	0	0	0
5.05.02.07	Varição Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	14.198	14.198	0	14.198
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	20.000	0	-20.883	0	0	-883	0	-883
5.06.04	Aumento de Capital Social	20.000	0	-20.000	0	0	0	0	0
5.06.05	Juros sobre Capital Próprio	0	0	-883	0	0	-883	0	-883
5.07	Saldos Finais	119.565	0	118.310	-1.590	6.686	242.971	20	242.991

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 30/06/2015****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270	10	237.280
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	76.565	0	143.749	0	16.956	237.270	10	237.280
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	25.613	-9.699	15.914	10	15.924
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	25.014	0	25.014	10	25.024
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	599	-9.699	-9.100	0	-9.100
5.05.02.06	Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	599	-599	0	0	0
5.05.02.07	Variação Cambial de Controlada Localizada no Exterior	0	0	0	0	-9.100	-9.100	0	-9.100
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	23.000	0	-45.198	0	0	-22.198	0	-22.198
5.06.04	Aumento de Capital Social	23.000	0	-23.000	0	0	0	0	0
5.06.05	Aprovação Dividendos Adicionais	0	0	-22.198	0	0	-22.198	0	-22.198
5.07	Saldos Finais	99.565	0	98.551	25.613	7.257	230.986	20	231.006

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2016 à 30/06/2016</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2015 à 30/06/2015</b>
7.01	Receitas	621.274	662.149
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	619.934	619.267
7.01.02	Outras Receitas	225	4.056
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	2.670	38.486
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-1.555	340
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-314.383	-344.078
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-224.793	-225.085
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-91.102	-118.763
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	1.512	-230
7.03	Valor Adicionado Bruto	306.891	318.071
7.04	Retenções	-19.133	-14.268
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-19.133	-14.268
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	287.758	303.803
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	52.747	71.115
7.06.02	Receitas Financeiras	52.747	71.115
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	340.505	374.918
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	340.505	374.918
7.08.01	Pessoal	106.471	103.218
7.08.01.01	Remuneração Direta	90.270	88.898
7.08.01.02	Benefícios	9.804	8.532
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.397	5.788
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	138.122	142.829
7.08.02.01	Federais	65.745	80.920
7.08.02.02	Estaduais	71.913	61.555
7.08.02.03	Municipais	464	354
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	98.092	103.847
7.08.03.01	Juros	91.249	97.289
7.08.03.02	Aluguéis	6.843	6.558
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-2.180	25.024
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-2.190	25.014
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	10	10

## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO 2T16

A PBG S.A. (BM&FBovespa: PTBL3 NM), atual denominação da Portobello S.A., apresenta seus resultados referentes ao trimestre encerrado em 30 de junho de 2016. As informações financeiras apresentadas neste documento são derivadas das informações financeiras trimestrais consolidadas da PBG S.A., elaboradas de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (IFRS).

#### Sobre a PBG S.A.

A PBG S.A. é hoje a maior empresa de revestimentos cerâmicos do Brasil com receita bruta anual de R\$ 1,3 bilhões. Suas vendas, acima de 40 milhões de metros quadrados, atendem o mercado interno, por meio da rede Portobello Shop, *home centers*, incorporadoras e construtoras, além de clientes dos cinco continentes, com as marcas Portobello e Pointer.

### DESTAQUES

- Receita líquida de R\$ 498 milhões no 1S16, igual ao ano anterior, com um desempenho superior ao mercado;
- Rede de franquia Portobello Shop com 145 lojas, aumento de 7% nos últimos 12 meses;
- Maturação da operação com Lojas Próprias refletindo em crescimento de lucratividade;
- Redução do endividamento líquido no montante de R\$ 32 milhões no 1S16;
- Lucro líquido de R\$ 4 milhões em 2T16;
- No início de agosto, as debêntures foram repactuadas e as cláusulas mínimas de “*covenants*”, foram modificadas.

### COMENTÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO

A Companhia continua experimentando um ano desafiador devido à retração do consumo. O mercado de materiais de construção de acabamento continua em queda, embora em taxas cada vez menores. Segundo a ABRAMAT, a redução foi de 6,5% no 2T16 e 11,2% no 1S16 comparados com o mesmo período de 2015.

Neste contexto, a Companhia apresentou um desempenho superior ao mercado, uma vez que suas vendas mantiveram os mesmos níveis de 2015. Entretanto, este desempenho vem sendo alcançado através da venda de um mix de produtos menos nobres e, portanto, com menor rentabilidade.

Neste mesmo cenário, com a acentuada redução das taxas de câmbio, o mercado externo se mostrou menos atrativo do que nossas expectativas anteriores. Ainda assim a exportação é uma opção importante para redução da pressão das vendas no mercado interno. No segundo trimestre, as exportações representaram 16% da receita líquida, com um crescimento de 23% em relação ao mesmo período do ano anterior.

A Portobello Shop continua com seus planos de expansão e chegou a 145 franquias na rede, sendo 6 lojas próprias. As lojas próprias são parte do plano de aperfeiçoamento e diferenciação do modelo de gestão de franquias. Este negócio apresentou uma recuperação da lucratividade no primeiro semestre em relação ao ano anterior e prevê manter o ritmo de crescimento.

A fábrica e marca Pointer passaram por uma revisão importante no primeiro semestre. Na produção houve revisão do processo e padrão de qualidade dos produtos. Na parte comercial, os estoques foram ajustados aos níveis de

---

## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

demanda e revisado o posicionamento mercadológico, com maior ênfase na exportação e no canal engenharia. As vendas do segundo trimestre já refletem os efeitos do plano de reposicionamento da marca e proposta de valor.

Dentro do processo de otimização de gastos, a Companhia continua atuando na revisão de sua estrutura de custos e despesas. A diminuição de investimentos e busca de otimização no mix de produtos também estão mantidos. No início de julho, houve redução real do custo do gás natural. E desta forma a Companhia se prepara para um segundo semestre mais estável e continua confiante na sua estratégia, modelo de negócio, gestão e diferenciais competitivos.

### DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado consolidado	2T14	2T15	2T16	▲%	1S14	1S15	1S16	▲%
Receita bruta	298.173	328.744	328.960	0%	560.253	633.975	636.404	0%
Receita líquida	233.044	259.308	256.578	-1%	439.584	500.664	497.939	-1%
Lucro bruto	86.238	98.433	87.058	-12%	163.071	189.624	176.630	-7%
<i>Margem bruta</i>	37,0%	38,0%	33,9%	-4,1 p.p.	37,1%	37,9%	35,5%	-2,4 p.p.
Despesas operacionais	(56.718)	(62.279)	(66.352)	7%	(104.910)	(122.798)	(143.263)	17%
Vendas	(43.388)	(49.592)	(59.609)	20%	(78.720)	(94.465)	(120.755)	28%
Gerais e administrativas	(8.432)	(9.269)	(9.705)	5%	(15.781)	(16.803)	(18.616)	11%
Outras receitas (despesas)	(4.898)	(3.418)	2.962	-187%	(10.409)	(11.530)	(3.892)	-66%
EBIT	29.520	36.154	20.706	-43%	58.161	66.826	33.367	-50%
<i>Margem EBIT</i>	12,7%	13,9%	8,1%	-5,9 p.p.	13,2%	13,3%	6,7%	-6,6 p.p.
Resultado financeiro	(11.127)	(12.269)	(18.873)	54%	(17.965)	(26.173)	(38.493)	47%
Tributos s/ lucro	(5.774)	(9.650)	2.207	-123%	(13.002)	(15.629)	2.946	-119%
Lucro líquido	12.598	14.235	4.040	-72%	27.153	25.024	(2.180)	-109%
<i>Margem líquida</i>	5,4%	5,5%	1,6%	-3,9 p.p.	6,2%	5,0%	-0,4%	-5,4 p.p.
EBITDA	35.732	43.938	30.447	-31%	70.767	81.084	52.490	-35%
<i>Margem EBITDA</i>	15,3%	16,9%	11,9%	-5,1 p.p.	16,1%	16,2%	10,5%	-5,7 p.p.

### Receita Líquida

A receita líquida consolidada totalizou R\$ 257 milhões no 2T16 e R\$ 498 milhões no acumulado, mantendo o desempenho do mesmo período do ano anterior. O mercado interno de acabamento no segundo trimestre apresentou redução de 6,5% (deflacionado) no faturamento bruto, de acordo com a Abrammat. O que demonstra que a Companhia manteve o ritmo de vendas, ampliando sua participação.

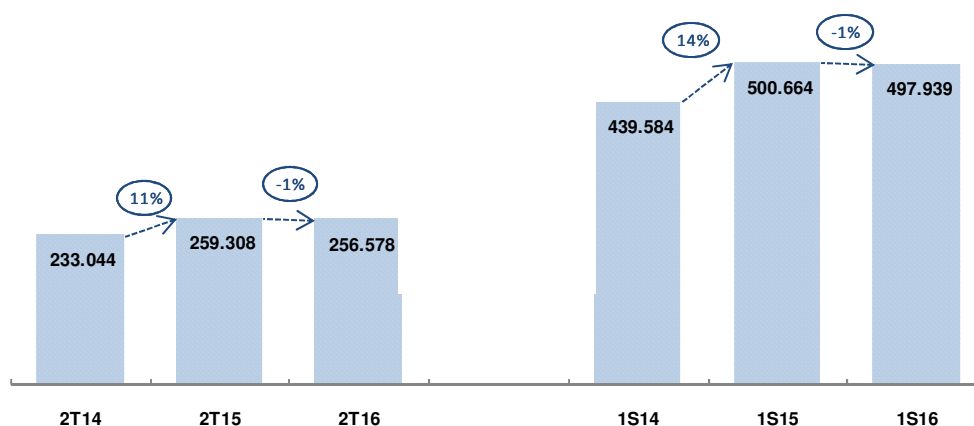
A receita líquida do mercado interno, que representou 84% do total, caiu 5% em relação do 2T15 e 4% quando comparado o semestre. No mercado externo, houve um incremento de receita de 23% em relação ao 2T15 e 27% em relação ao 1S15, potencializada pela maior taxa de câmbio quando comparada ao ano anterior.

Receita líquida	2T14	2T15	2T16	▲%	1S14	1S15	1S16	▲%
Mercado Interno	210.556	226.385	216.072	-5%	395.503	438.115	418.565	-4%
Mercado Externo	22.488	32.923	40.506	23%	44.081	62.549	79.374	27%
Total	233.044	259.308	256.578	-1%	439.584	500.664	497.939	-1%

## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

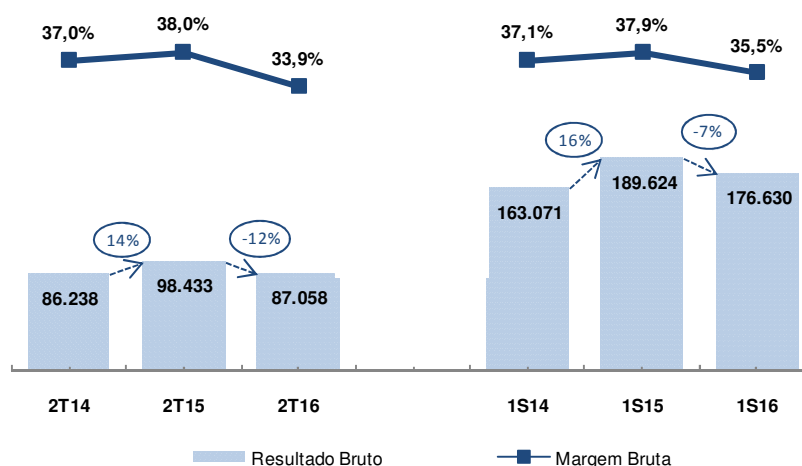
### Receita Líquida



### Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 87 milhões no 2T16, apresentando queda de 12% sobre o mesmo período do ano anterior. No acumulado houve uma redução de 7% em relação ao mesmo período de 2015. A margem bruta apresentou perda de 4 pp afetada pela redução dos preços médios, causada pela venda de mix mais competitivo, e custos ainda elevados na produção em Alagoas.

### Lucro Bruto



### Resultado Operacional

As despesas com vendas totalizaram R\$ 59 milhões no 2T16 e R\$ 121 milhões no 1S16, sendo 20% e 28% superiores aos mesmos períodos do ano anterior. Reflexo, principalmente, da gradual mudança do modelo de distribuição e logística, do aumento das despesas da Pointer e das operações de lojas próprias. O crescimento das vendas CIF (*Cost, Insurance and Freight*) para os operadores logísticos geraram custos com fretes acima do que representavam em 2015 quando o modelo ainda era pouco representativo. Hoje estas despesas com fretes representam 19% das despesas comerciais.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 9,7 milhões no 2T16, 5% superiores em relação ao mesmo período de 2015. Principalmente pelo crescimento da estrutura para operação Pointer/Alagoas. As despesas passaram de 3,4% da Receita Líquida no 1S15 para 3,7% em 1S16.



## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

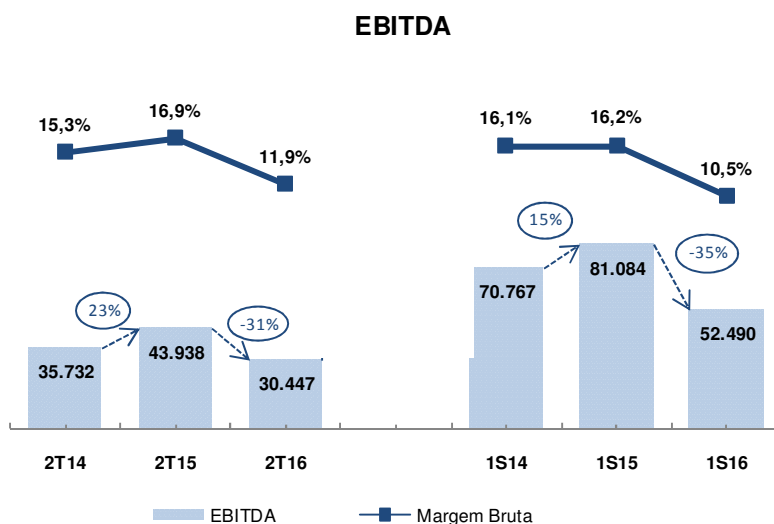
As outras despesas operacionais líquidas de R\$ 4 milhões no 1S16 referem-se principalmente ao custo de ociosidade do primeiro trimestre, registrado pela adequação da produção aos volumes de vendas da fábrica no Nordeste.

Despesas operacionais	2T14	2T15	2T16	▲%	%RL	1S14	1S15	1S16	▲%	%RL
Vendas	(43.388)	(49.592)	(59.609)	20%	23%	(78.720)	(94.465)	(120.755)	28%	24%
Gerais e administrativas	(8.432)	(9.269)	(9.705)	5%	4%	(15.781)	(16.803)	(18.616)	11%	4%
Outras receitas (despesas)	(4.898)	(3.418)	2.962	-187%	-1%	(10.409)	(11.530)	(3.892)	-66%	1%
<b>Total</b>	<b>(56.718)</b>	<b>(62.279)</b>	<b>(66.352)</b>	<b>7%</b>	<b>26%</b>	<b>(104.910)</b>	<b>(122.798)</b>	<b>(143.263)</b>	<b>17%</b>	<b>29%</b>

## EBITDA

A Companhia encerra o primeiro semestre com EBITDA de R\$ 30 milhões e montante acumulado no semestre de R\$ 52 milhões, cerca 35% inferior ao mesmo período de 2015.

EBITDA	2T14	2T15	2T16	▲%	%RL	1S14	1S15	1S16	▲%	%RL
Lucro líquido	12.598	14.235	4.040	-72%	2%	27.143	25.014	(2.190)	-109%	0%
(+) Resultado financeiro	11.127	12.269	18.873	54%	7%	17.965	26.173	38.493	47%	8%
(+) Depreciação e amortização	6.233	7.784	9.741	25%	4%	12.657	14.268	19.133	34%	4%
(+) Imposto de renda e contribuição social	5.774	9.650	(2.207)	-123%	-1%	13.002	15.629	(2.946)	-119%	-1%
<b>EBITDA</b>	<b>35.732</b>	<b>43.938</b>	<b>30.447</b>	<b>-31%</b>	<b>12%</b>	<b>70.767</b>	<b>81.084</b>	<b>52.490</b>	<b>-35%</b>	<b>10%</b>
(+) Pré-Oper Fábrica de Alagoas	1.532	7.087	-	-100%	0%	2.266	6.310	-	0%	0%
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>37.264</b>	<b>51.025</b>	<b>30.447</b>	<b>-40%</b>	<b>12%</b>	<b>73.033</b>	<b>87.394</b>	<b>52.490</b>	<b>-40%</b>	<b>10%</b>



## Resultado Líquido

O segundo trimestre apresenta um lucro de R\$ 4 milhões e assim acumula um prejuízo de R\$ 2 milhões no semestre. O desempenho é reflexo do resultado operacional menor, pelas razões acima mencionados, e aumento do custo financeiro da dívida.

## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### ENDIVIDAMENTO / ESTRUTURA DE CAPITAL

O endividamento líquido da Companhia reduziu para R\$ 469 milhões ao fim de junho de 2016, o que equivale a 3,4x o EBITDA dos últimos doze meses e a 2,0x o patrimônio líquido. No 1S16 houve a diminuição de R\$ 32 milhões no endividamento líquido.

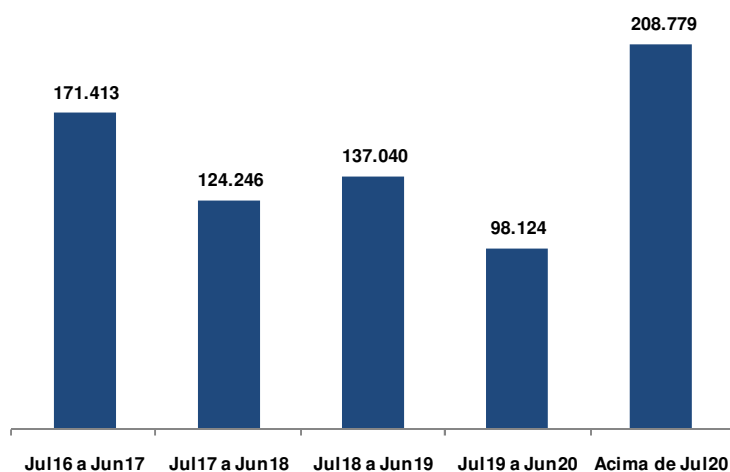
Em junho de 2016, não foram atingidas as cláusulas mínimas de “covenants”: (i) contrato de financiamento junto ao DEG, e (ii) Instrumento de emissão de debêntures.

Em relação ao primeiro foi obtido o “waiver” antes mesmo do encerramento do trimestre. Em relação às debêntures, a repactuação foi aprovada pelos debenturistas, restando apenas a formalização que irá ocorrer até o dia 15 de agosto e de forma que mantém a companhia adimplente.

O saldo do endividamento bruto está dividido em 23% com vencimento no curto prazo e 77% no longo prazo.

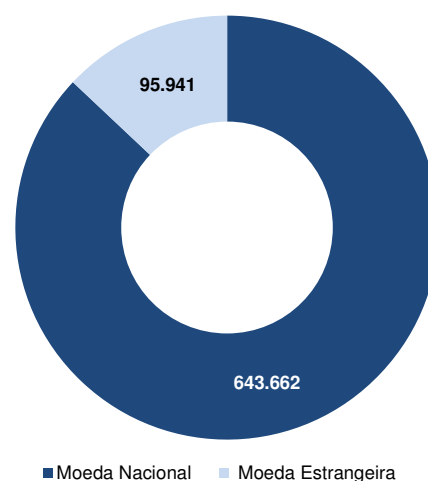
Endividamento	Jun-14	Jun-15	Jun-16	▲ R\$
Bancário	310.805	516.565	658.596	142.031
Tributário	112.912	83.552	81.007	(2.545)
(=) Total do endividamento	423.717	600.117	739.603	139.486
(+) Disponibilidades	(24.330)	(27.133)	(182.511)	(155.378)
(+) Créditos com partes relacionadas	(96.215)	(92.332)	(87.936)	4.396
(=) Total do endividamento líquido	303.172	480.652	469.156	(11.496)
EBITDA (últimos 12 meses)	164.016	186.293	138.164	(48.129)
(=) Dívida líquida / EBITDA	1,85	2,58	3,40	-
(=) Dívida líquida / PL	1,46	2,08	1,93	-

**Cronograma de Amortização  
(endividamento bruto)**



Considera a repactuação aprovada pelos debenturistas

**Origem da Dívida**



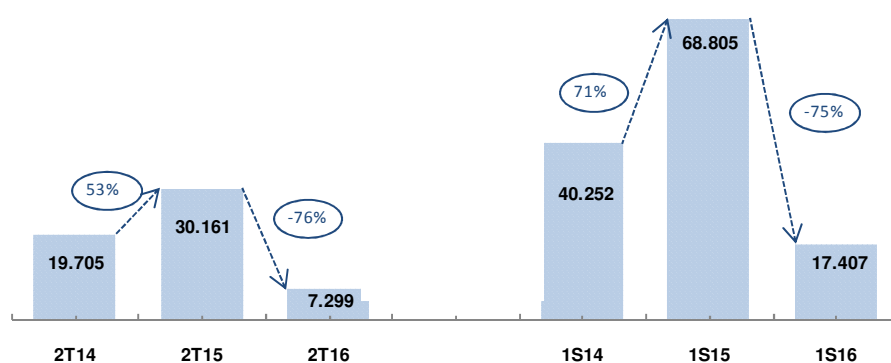
## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### INVESTIMENTOS

No 2T16 os investimentos em ativos fixos totalizaram R\$ 7 milhões, acumulando R\$ 17 milhões no semestre. Deste montante, R\$ 12 milhões correspondem à atualização do parque fabril em Tijucas (69%) através da aquisição de nova impressora para decoração digital e automatização da produção. Os demais investimentos foram destinados a adequações no parque fabril Alagoas (18%) e lojas próprias (9%).

#### Investimentos



### REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS E DELIBERAÇÕES DA ASSEMBLEIA

A Assembleia Geral Ordinária (AGO) realizada em 29 de abril de 2016 aprovou a proposta da Administração de distribuir dividendos mínimos de 25%.

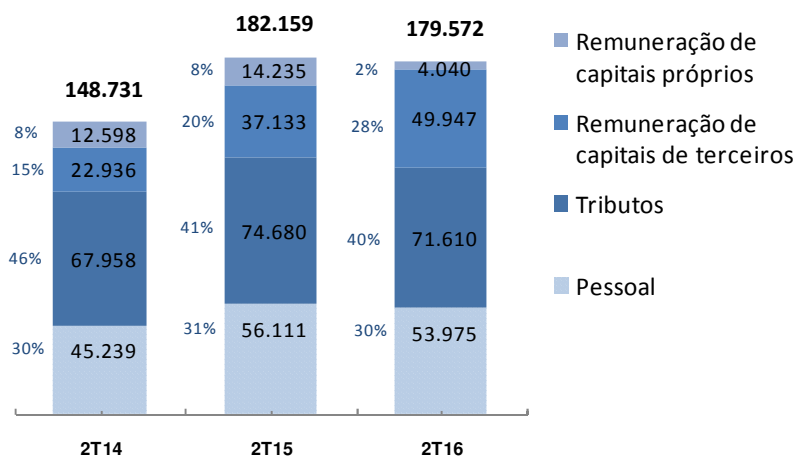
Em 04 de julho de 2016, foi pago o montante de R\$ 7.269 mil, cerca de R\$ 0,046 (líquido dos pagamentos feitos em setembro de 2015).

Desta forma, a remuneração total aos acionistas referente ao exercício de 2015 atingiu R\$ 12.505 mil, o que representou um *yield* (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 3,83%.

Nesta mesma AGO, a Companhia propôs e a Assembleia aprovou a redução do número de conselheiros. Desta forma, a partir de 2016 o Conselho de Administração passa a ser composto por 7 membros.

### VALOR ADICIONADO

O valor adicionado no 2T16 totalizou R\$ 179 milhões (R\$ 182 milhões no 2T15). Deste montante, 40% do valor adicionado total foram destinados a tributos, 30% para remuneração do trabalho (pessoal) e os 28% pra remuneração dos acionistas e de terceiros.



## Comentário do Desempenho

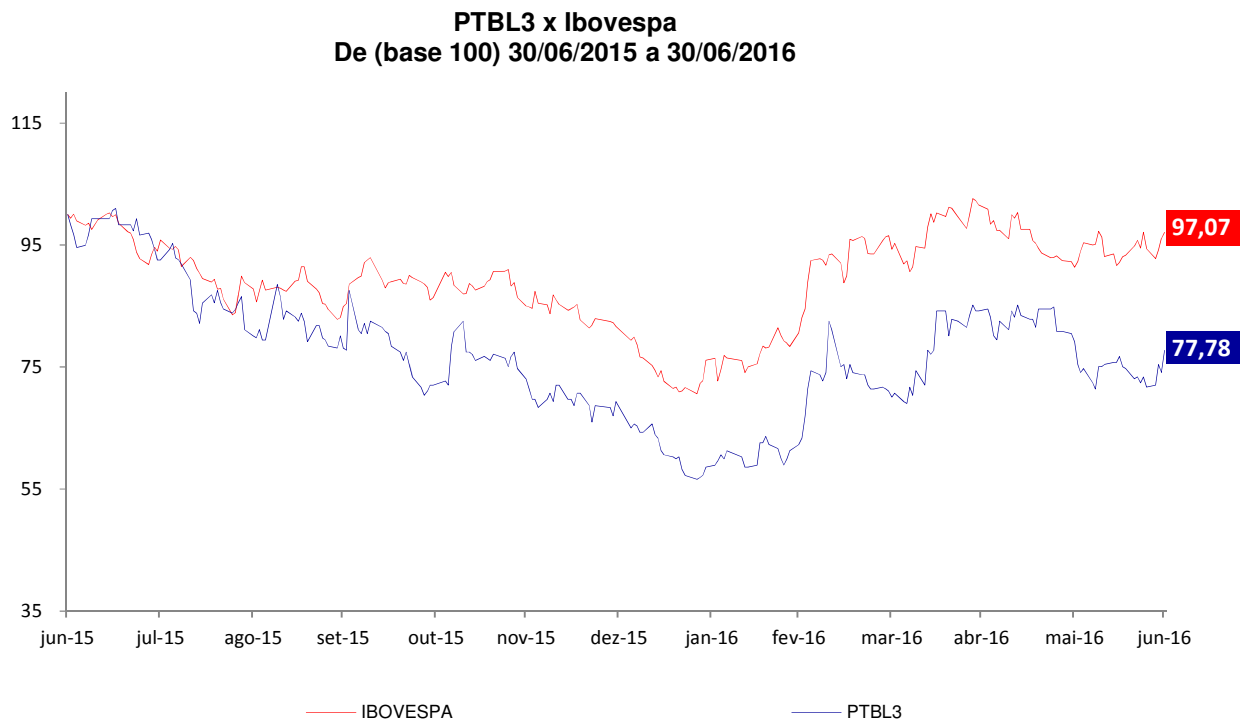
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### DESEMPENHO DAS AÇÕES PTBL3

As ações ordinárias emitidas pela PBG S.A., negociadas na BM&FBovespa sob o código PTBL3, encerraram o último pregão de junho de 2016 cotadas a R\$ 2,31, resultando em uma desvalorização de 22% nos últimos doze meses, enquanto o Ibovespa sofreu queda de 3%.

O volume financeiro médio negociado nos últimos doze meses foi de R\$ 6,7 milhões, apresentando uma redução de 10% frente aos R\$ 7,4 milhões do mesmo período de 2015.

Ao final do 2T16, a PBG S.A. apresentava um valor de mercado equivalente a R\$ 366 milhões (R\$ 471 milhões em 30 de junho de 2015).



### PERSPECTIVAS

- A Companhia acredita que o cenário econômico desafiador perdurará ao longo de 2016. No entanto, já se percebe sinais de recuperação do mercado;
- Neste contexto, a Administração continua a implementação de ações norteadas pela rentabilização dos ativos existentes, gestão do fluxo de caixa e foco nos atuais diferenciais competitivos. Os planos de redirecionamento do negócio Pointer e retomada da lucratividade das lojas próprias apresentaram sinais positivos;
- A Administração continuará implementando ações por meio de políticas comerciais e gestão de mix de produtos e canais para mitigar os efeitos da crise. Adicionalmente, no final do segundo trimestre foi iniciado um plano abrangente para melhoria da estrutura de gastos e retorno da lucratividade. Dentre outros pontos, conta-se com uma consultoria especializada em otimização de gastos.
- No início do terceiro trimestre, houve a redução do custo do gás natural, o que melhora a perspectiva de manutenção dos custos de produção em 2016;
- A Portobello Shop mantém seu plano de expansão, cujo alvo é alcançar a marca de 155 lojas até o final de 2016;
- A Companhia acredita que ao longo de 2016, a fábrica de Alagoas, através da sua marca Pointer, alcançará sua maturidade e retornos crescentes principalmente no último trimestre.

## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### AUDITORIA INDEPENDENTE

A política da PBG S.A. em relação aos seus auditores independentes, no que diz respeito à prestação de serviços não relacionados à auditoria externa das demonstrações financeiras, se fundamenta nos princípios que preservam a independência profissional. Estes princípios se baseiam na premissa de que o auditor não deve periciar seu próprio trabalho, exercer funções gerenciais ou, ainda, advogar por seu cliente. Durante o segundo trimestre de 2016, a Companhia não contratou os auditores independentes para outros serviços não relacionados à auditoria externa.

### COMPOSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Conselho de Administração

Nome	Cargo
Cesar Bastos Gomes	Presidente
Cesar Gomes Júnior	Vice-Presidente (Diretor Presidente)
Nilton Torres de Bastos Filho	Conselheiro
Roberto Alves de Souza Waddington	Conselheiro (Independente)
Plínio Villares Musetti	Conselheiro (Independente)
Glauco José Côrte	Conselheiro (Independente)
Mário José Gonzaga Petrelli	Conselheiro (Independente)

#### Diretoria

Nome	Cargo
Cesar Gomes Júnior	Diretor Presidente
Cláudio Ávila da Silva	Diretor Vice-Presidente
John Shojiro Suzuki	Diretor Financeiro/Relações com Investidores
Mauro do Valle Pereira	Diretor Corporativo

### TELECONFERÊNCIA COM WEBCAST

Quarta-feira, 17 de agosto de 2016 será realizada a teleconferência em português dos resultados referentes ao 2T16.

Horário: 9h30 (Horário de Brasília).

#### Dados para conexão

Telefone: +55 11 3193-1001

Senha: PORTOBELLO

Material de apoio: [www.portobello.com.br/ri](http://www.portobello.com.br/ri)

Para aqueles que não puderem acompanhar as teleconferências ao vivo, será disponibilizado a íntegra do áudio com acesso diretamente pelo web site da companhia ([www.portobello.com.br/ri](http://www.portobello.com.br/ri)).

## Comentário do Desempenho

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Balanco Patrimonial

<b>Ativo</b>	<b>30-jun-16</b>	<b>31-dez-15</b>	<b>Passivo</b>	<b>30-jun-16</b>	<b>30-jun-16</b>	<b>31-dez-15</b>
				<i>*Ajustado</i>		
<b>Circulante</b>	<b>630.160</b>	<b>639.604</b>	<b>Circulante</b>	<b>414.089</b>	<b>611.104</b>	<b>439.490</b>
Disponibilidades	91.116	87.664	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	161.948	358.963	210.714
Aplicações financeiras vinculadas	85.260	100.478	Fornecedores e Cessão de Crédito	141.650	141.650	142.994
Contas a Receber	217.557	208.367	Impostos e Contribuições Sociais	29.267	29.267	20.400
Estoques	207.665	205.291	Obrigações Sociais e Trabalhistas	38.833	38.833	29.015
Impostos a Recuperar	15.606	22.775	Adiantamentos de Clientes	19.371	19.371	15.301
Outros	12.956	15.029	Dividendos a pagar	7.820	7.820	7.667
			Provisões	1.609	1.609	4.528
			Outros	13.591	13.591	8.871
<b>Não Circulante</b>	<b>726.612</b>	<b>712.289</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>699.692</b>	<b>502.677</b>	<b>680.547</b>
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>259.434</b>	<b>242.657</b>	Fornecedores	60.634	60.634	47.923
Depósitos Judiciais	72.904	59.924	Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	496.648	299.633	487.014
Impostos a Recuperar	8.523	10.477	IR e CSLL Diferidos	11.199	11.199	21.665
Ativo Tributário	25.014	22.718	Parcelamento de Obrigações Tributárias	71.542	71.542	73.414
Créditos com Partes Relacionadas	87.936	84.601	Provisões	58.571	58.571	50.526
Recebeveis da Eletrobrás	48.621	48.621	Outros	1.098	1.098	5
Outros Ativos Não Circulante	16.436	16.316				
			<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>242.991</b>	<b>242.991</b>	<b>231.856</b>
<b>Investimentos</b>	<b>217</b>	<b>198</b>	Capital Social	119.565	119.565	99.565
<b>Imobilizado</b>	<b>443.864</b>	<b>444.194</b>	Reservas de Lucro	118.310	118.310	139.193
<b>Intangível</b>	<b>23.097</b>	<b>25.240</b>	Outros Resultados Abrangentes	6.686	6.686	(6.912)
			Prejuízos Acumulados	(1.590)	(1.590)	-
			Part Acionistas Não Controladores	20	20	10
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.356.772</b>	<b>1.351.893</b>	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.356.772</b>	<b>1.356.772</b>	<b>1.351.893</b>

\* Em 30 de junho de 2016 não foram atingidas as cláusulas mínimas de "covenants" do contrato de debêntures. Todavia, os debenturistas já aprovaram as novas condições, de forma que os prazos para liquidação do montante foram mantidos. No Balanço acima, o passivo "ajustado" apresenta esta obrigação classificada conforme os vencimentos no circulante e não circulante.

Visite o site de Relações com Investidores: [www.portobello.com.br/ri](http://www.portobello.com.br/ri)

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 1 Contexto operacional

A PBG S.A, também referida nesta demonstração como “Companhia” ou “Controladora”, é uma sociedade anônima de capital aberto e as suas ações são negociadas no segmento do Novo Mercado da Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA S.A.), sob o código PTBL3. A Companhia é controlada por um grupo de acionistas, formalizado pelo acordo celebrado em 15 de abril de 2011, e aditado em 17 de agosto de 2015, e que detém em 30 de junho de 2016 53,99% das ações da sociedade. Os 46,01% remanescentes das ações são detidos por diversos acionistas.

A Companhia com sede em Tijucas, Santa Catarina, foi constituída em 1977 e tem como principal objeto social a industrialização e comercialização de produtos cerâmicos e porcelânicos em geral, como pisos, porcelanato técnico e esmaltado, peças decoradas e especiais, mosaicos, produtos destinados ao revestimento de paredes internas, fachadas externas, bem como, a prestação de serviços complementares para aplicação no ramo de materiais de construção civil no Brasil e no exterior.

Adicionalmente, a Companhia tem participação societária nas sociedades controladas: (i) Portobello Shop, administradora das redes de franquias de lojas Portobello Shop e Empório Portobello, com uma rede com 145 lojas franqueadas especializadas em porcelanatos e revestimentos cerâmicos; (ii) PBTech que é responsável pela gestão de lojas próprias Portobello Shop e atualmente administra seis lojas; (iii) Mineração Portobello que é responsável pelo fornecimento de uma parte da matéria prima utilizada na produção dos revestimentos cerâmicos; (iv) Companhia Brasileira de Cerâmica constituída no nordeste, e que atualmente esta sem operações; (v) Portobello América que foi constituída com o objetivo de vender os produtos Portobello no mercado norte-americano, e que atualmente está inativa.

### 2 Apresentação das informações intermediárias

As presentes demonstrações contábeis intermediárias incluem:

- As demonstrações financeiras consolidadas preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP); e
- As demonstrações financeiras individuais da controladora preparadas de acordo com o BR GAAP.

O que difere a apresentação entre controladora e consolidado é o registro da provisão para perda em investimentos, que não é requerido em IFRS.

Desta forma, o registro da equivalência patrimonial negativa é o motivo das demonstrações não estarem apresentadas em dual compliance.

As referidas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis a elaboração de Demonstrações Financeiras (DFP).

A emissão das informações trimestrais individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de agosto de 2016.

#### a) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2016

- Revisão do IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização: A modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

gerada por uma atividade. A Companhia entende que a referida revisão não terá impacto em suas demonstrações contábeis uma vez que se trata apenas da inclusão de esclarecimentos.

- Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (joint operation): A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios do IFRS 3, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em caso de eventual aquisição de operações conjuntas.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01 de janeiro de 2017

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes: O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. A norma ainda estabelece 5 passos para o reconhecimento da receita. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações aos usuários sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxo de caixa decorrentes dos contratos da entidade com clientes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

### b) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro “Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido” do Sistema “EmpresasNet - ENET” da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a “Outros Resultados Abrangentes”, está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

### 3 Principais políticas contábeis

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 30 de junho de 2016 são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como, o conteúdo e valores de determinadas notas explicativas que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

### 4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis permanecem os mesmos detalhados nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

### 5 Gestão de risco financeiro

#### 5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro consolidado.

A gestão de risco é realizada pela Tesouraria e Diretoria Financeira, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A Tesouraria e a Diretoria Financeira, identificam, avaliam e protegem a Companhia e suas controladas contra eventuais riscos financeiros em cooperação com as suas

---



## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

unidades operacionais. O Conselho de Administração estabelece princípios, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa.

### a) Risco de mercado

#### i) Risco cambial

A Companhia atua internacionalmente e está exposta ao risco cambial decorrente de exposições a algumas moedas, principalmente com relação ao Dólar dos Estados Unidos e ao Euro. O risco cambial decorre de operações comerciais futuras, ativos e passivos reconhecidos e investimentos líquidos em operações no exterior.

Apresentamos a seguir os saldos ativos e passivos expostos à variação da taxa de câmbio:

	Em reais			
	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	43.676	47.775	43.932	47.775
Conta corrente	5.317	594	5.317	594
Créditos com controladas	65.718	79.947	-	-
Ativos expostos	114.711	128.316	49.249	48.369
Provisão para perdas em investimentos	(65.607)	(79.676)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(17.385)	(17.640)	(17.413)	(17.640)
Empréstimos e financiamentos	(95.941)	(175.283)	(95.941)	(175.283)
(-) Operação Swap	34.306	76.630	34.306	76.630
Passivos expostos	(144.627)	(195.969)	(79.048)	(116.293)
Exposição líquida	(29.916)	(67.653)	(29.799)	(67.924)

	Em Euro				Em Dólar			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber	366	458	366	458	8.946	9.412	8.946	9.412
Conta corrente	-	-	-	-	1.656	152	1.656	152
Créditos com controladas	-	-	-	-	20.474	20.474	-	-
Provisão para perdas em investimentos	-	-	-	-	(20.440)	(20.392)	-	-
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(1.350)	(1.468)	(1.350)	(1.468)	(3.815)	(2.953)	(3.815)	(2.953)
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	(29.890)	(44.889)	(29.890)	(44.889)
(-) Operação Swap	-	-	-	-	10.688	19.624	10.688	19.624
	(984)	(1.010)	(984)	(1.010)	(12.381)	(18.572)	(12.415)	(18.654)

A estratégia adotada para mitigar a exposição cambial dos ativos e passivos da Companhia tem sido manter a exposição cambial passiva em valores aproximados em até um ano de suas exportações.

#### ii) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

O risco de taxa de juros decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo e está associado a empréstimos emitidos a taxas variáveis que expõem a Companhia e suas controladas ao risco de taxa

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de juros e fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos a taxas fixas expõem as entidades ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Baseado em diversos cenários, a Companhia administra o risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros, usando o *Swap* de taxa de juros, que recebe juros variáveis e paga juros fixos e tem o efeito econômico de converter empréstimos mantidos em taxas variáveis para taxas fixas. As taxas fixas, que são resultado dessa operação de *Swap*, são menores que aquelas disponíveis se a Companhia tomasse os empréstimos diretamente a taxas fixas. Por meio das operações de *Swap* de taxas de juros, a Companhia concorda com outras partes em trocar, a intervalos especificados, a diferença entre as taxas contratuais fixas e os valores de juros a taxas variáveis, calculada mediante os valores de referência (notional) acordados entre as partes.

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

No que diz respeito às aplicações financeiras, são preponderantemente realizadas em fundos de investimentos, conforme descrito na nota explicativa nº 6 e 8.

### b) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas mantem rigorosos controles sobre a concessão de créditos a seus clientes, e ajusta estes limites sempre que é detectada alteração material no nível de risco percebido.

### c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria e Diretoria Financeira.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos da Controladora e consolidado, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

	Controladora							
	30 de junho de 2016				31 de dezembro de 2015			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	358.486	742	122.601	9.399	210.808	705	128.623	9.018
Entre um e dois anos	178.161	747	60.634	19.380	252.243	1.124	47.923	18.618
Entre dois e cinco anos	95.338	-	-	29.070	191.774	-	-	27.927
Acima de cinco anos	35.017	-	-	22.610	51.303	-	-	26.374
	667.002	1.489	183.235	80.459	706.128	1.829	176.546	81.937

\*A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado							
	30 de junho de 2016				31 de dezembro de 2015			
	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias	* Empréstimos e debêntures	Arrendamento financeiro	Fornecedor e cessão	Parcelamento de obrigações tributárias
Menos de um ano	358.486	742	126.307	9.465	210.808	705	143.310	9.081
Entre um e dois anos	179.278	747	60.634	19.512	253.353	1.124	47.923	18.744
Entre dois e cinco anos	95.338	-	-	29.268	191.774	-	-	28.116
Acima de cinco anos	35.017	-	-	22.762	51.303	-	-	26.554
	<u>668.119</u>	<u>1.489</u>	<u>186.941</u>	<u>81.007</u>	<u>707.238</u>	<u>1.829</u>	<u>191.233</u>	<u>82.495</u>

\* A diferença entre o total de empréstimos apresentadas nessa tabela e o balanço decorre do AVP do Prodec, vide nota explicativa 23a).

### d) Análise de sensibilidade

#### i) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Companhia bem como as despesas financeiras provenientes dos financiamentos e empréstimos são afetados pelas variações nas taxas de juros, tais como CDI e Selic.

Em 30 de junho de 2016 a administração considerou como cenário provável a taxa de CDI de 14,13% e Selic de 14,25%. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Os cenários abaixo foram estimados para o período de um ano:

Operação	Consolidado em Reais							
	30 de junho de 2016	Risco	Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
			%	R\$	%	R\$	%	R\$
Aplicações (remuneradas 98,71% CDI)	80.366	Baixa CDI	14,13%	11.209	10,60%	8.407	7,07%	5.605
	<u>80.366</u>			<u>11.209</u>		<u>8.407</u>		<u>5.605</u>
Operação								
Empréstimos - Capital de giro	(7.334)	Alta CDI	14,13%	(878)	17,66%	(1.098)	21,20%	(1.317)
Empréstimos - Nota de crédito de exportação	(191.119)	Alta CDI	14,13%	(27.005)	17,66%	(33.756)	21,20%	(40.508)
Empréstimos - Trade 4131 Swap	(21.580)	Alta CDI	14,13%	(3.049)	17,66%	(3.812)	21,20%	(4.574)
Debêntures	(199.594)	Alta CDI	14,13%	(28.713)	17,66%	(35.891)	21,20%	(43.069)
Parcelamento	(81.007)	Alta Selic	14,25%	(11.543)	17,81%	(14.429)	21,38%	(17.315)
	<u>(500.634)</u>			<u>(71.188)</u>		<u>(88.986)</u>		<u>(106.783)</u>

\*Cenários possível e remoto calculados com base na taxa provável.

#### ii) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de câmbio

A Companhia possui ativos e passivos atrelados a moeda estrangeira no balanço de 30 de junho de 2016 e para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário provável a taxa de mercado futuro vigente no período de elaboração destas informações trimestrais. A taxa provável foi então agravada em 25% e 50%, servindo como parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

Desta forma, o quadro abaixo demonstra simulação do efeito da variação cambial no resultado futuro:

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2016	Consolidado em Reais					
		Provável		Possível (25%)*		Remoto (50%)*	
		Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)	Taxa US\$	Ganho (Perda)
Contas a receber	43.932	3,190	(8.042)	3,988	(891)	4,785	7.718
Conta corrente	5.317	3,190	(33)	3,988	(108)	4,785	934
Contas a pagar, líquido de adiantamentos	(17.413)	3,190	3.188	3,988	353	4,785	(3.059)
Empréstimos e financiamentos	(95.941)	3,190	17.563	3,988	1.945	4,785	(16.855)
(-) Operação Swap	34.306	3,190	(6.280)	3,988	(695)	4,785	6.027
Exposição líquida	(29.799)	3,190	6.396	3,988	604	4,785	(5.235)

\*Genários possível e remoto calculados com base na taxa provável, baseada no Relatório Focus do Bacen de 05 de agosto de 2016.

### 5.2 Gestão de capital

Os objetivos da administração ao gerir seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia e suas controladas para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de proporcionar a melhor gestão de caixa, de forma obter o menor custo de captação de recursos na combinação de capital próprio ou capital de terceiros.

O capital é monitorado com base no índice de alavancagem financeira consolidado. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e parcelamento de obrigações tributárias, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa, créditos com outras pessoas ligadas e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 30 de junho de 2016 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Empréstimos e financiamentos	657.479	696.618	658.596	697.728
Parcelamento de obrigações tributárias	80.459	81.937	81.007	82.495
Menos: Caixa e equivalentes de caixa	(82.215)	(81.761)	(91.116)	(87.664)
Créditos com outras pessoas ligadas	(87.936)	(84.601)	(87.936)	(84.601)
Aplicações Financeiras	(85.260)	(100.478)	(85.260)	(100.478)
Dívida líquida	482.527	511.715	475.291	507.480
Total do patrimônio líquido	242.971	231.846	242.991	231.856
Total do capital	725.498	743.561	718.282	739.336
Índice de alavancagem financeira (%)	67	69	66	69

Adicionalmente a Companhia possui linha de crédito aprovada com o Banco do Nordeste do Brasil S/A no valor de R\$ 147.784, cuja finalidade é o investimento na unidade fabril na cidade de Marechal Deodoro (AL), dos quais a Companhia já captou o montante de R\$ 94.401.

### 5.3 Instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir realizamos a classificação dos instrumentos financeiros por categoria em cada uma das datas apresentadas:

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativos, empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	82.215	81.761	91.116	87.664
Contas a receber de clientes	202.005	175.837	217.557	208.367
Ativos, avaliados pelo valor justo por meio de resultado				
Aplicações financeiras	85.260	100.478	85.260	100.478
Derivativos	-	5.435	-	5.435
	<u>369.480</u>	<u>363.511</u>	<u>393.933</u>	<u>401.944</u>
Passivo, outros passivos financeiros				
Fornecedores e Cessão	137.944	128.307	141.650	142.994
Empréstimos, financiamentos e debêntures	657.479	696.618	658.596	697.728
Parcelamento de obrigações tributárias	80.459	81.937	81.007	82.495
Derivativos	4.327	-	4.327	-
	<u>880.209</u>	<u>906.862</u>	<u>885.580</u>	<u>923.217</u>

### 6 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Conta corrente	7.288	5.553	10.750	9.147
Aplicações financeiras	74.927	76.208	80.366	78.517
	<u>82.215</u>	<u>81.761</u>	<u>91.116</u>	<u>87.664</u>

As aplicações financeiras designadas como equivalentes de caixa são participações em fundos de investimento, cuja rentabilidade média do fundo em junho de 2016 foi equivalente a 98,71% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário) e a aplicação pode ser resgatada a qualquer momento, sem penalidades.

### 7 Instrumentos financeiros

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses, e como ativo ou passivo circulante se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for inferior a 12 meses.

A Companhia possui operações de *Swap*, que visam proteger os pagamentos futuros dos empréstimos e financiamentos nas modalidades abaixo, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. Estas operações estão classificadas no passivo não circulante, conforme segue:

**a)** Em dezembro de 2012 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 50.000 ao custo de 9,8% ao ano pré-fixado, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 60 meses com carência de 24 meses. As amortizações são semestrais.

**b)** Em novembro de 2014 a Companhia celebrou uma operação de Crédito Exportação (NCE) no valor de US\$ 15.000, equivalente a R\$ 37.600 ao custo de 1,65% a.a + LIBOR-03 + variação cambial,

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

ao ano, com Swap para 109% CDI ao ano e prazo de pagamento em 36 meses com carência de 11 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em junho de 2015 e posteriormente em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

c) Em julho de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 20.000 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para CDI+1,60% ao ano e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais. Este contrato foi repactuado em agosto de 2015 para ajuste da paridade inicial da operação.

d) Em setembro de 2015 a Companhia celebrou uma operação seguindo as regras determinadas pela Lei nº 4.131 (Trade Exportador) no valor de R\$ 7.200 ao custo de 2,97% a.a + variação cambial, mas com Swap para 111% do CDI e prazo de pagamento em 12 meses com carência de 4 meses. As amortizações são trimestrais.

O valor justo dos ganhos e perdas destas operações de Swap foi registrado líquido, na rubrica "Outros" no passivo circulante:

Contratos	Vencimento	Valor Notional	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
a) Lei nº 4.131	dez-17	28.774	(89)	(119)
b) Crédito Exportação	nov-17	48.608	(3.952)	3.917
c) Lei nº 4.131	jun-16	15.368	-	1.097
d) Lei nº 4.131	ago-16	7.289	(286)	540
		100.039	(4.327)	5.435

A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou quaisquer outros instrumentos de risco.

### 8 Aplicações financeiras vinculadas

Em 30 de junho de 2016, a Companhia possuía aplicações financeiras vinculadas aos contratos das Debêntures, no montante de R\$ 85.260 (R\$ 100.478 em 31 de dezembro de 2015) registradas no circulante, que foram liberadas após o registro dos gravames escritos nas garantias. No não circulante estão vinculadas ao contrato com o Banco do Nordeste do Brasil S/A.

### 9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Contas a receber de terceiros:				
Mercado interno	159.189	128.120	174.569	160.650
Mercado externo	43.676	47.775	43.932	47.775
	202.865	175.895	218.501	208.425
Contas a receber de partes relacionadas:				
Entidades ligadas à administração	1.917	1.280	1.917	1.280
	1.917	1.280	1.917	1.280
<i>Impairment</i> de contas a receber de clientes:				
Provisão para devedores duvidosos	(2.551)	(1.080)	(2.635)	(1.080)
Recomposição do valor nominal ao valor presente	(226)	(258)	(226)	(258)
	(2.777)	(1.338)	(2.861)	(1.338)
	202.005	175.837	217.557	208.367

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A movimentação da provisão para devedores duvidosos de contas a receber é a seguinte:

	Controladora	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	1.080	1.080
Provisão (reversão) para <i>impairment</i> de contas a receber	1.471	1.555
Em 30 de junho de 2016	2.551	2.635

A Administração entende que a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para cobrir prováveis perdas na liquidação das contas a receber considerando a situação de cada cliente e respectivas garantias oferecidas. Seu valor representa a estimativa de risco de não realização dos recebíveis vencidos sob a análise do gestor responsável.

A constituição e baixa da provisão para contas a receber são registradas no resultado como despesas comerciais.

### a) Composição das contas a receber por idade de vencimento com classificação provisionados e não provisionados

	Controladora							
	30 de junho de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
	A vencer	196.073	196.073	-	-	169.633	169.633	-
Vencidos até 30 dias	2.964	-	2.960	4	4.168	-	4.168	-
Vencidos de 31 a 90 dias	3.072	-	3.067	5	1.576	-	1.536	40
Vencidos de 91 a 360 dias	2.157	-	131	2.026	1.248	-	747	501
Vencidos há mais de 360 dias	516	-	-	516	550	-	11	539
	204.782	196.073	6.158	2.551	177.175	169.633	6.462	1.080

	Consolidado							
	30 de junho de 2016	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos	31 de dezembro de 2015	Duplicatas a vencer não provisionadas	Duplicatas vencidas não provisionadas	Provisão para devedores duvidosos
	A vencer	210.359	210.359	-	-	201.016	201.016	-
Vencidos até 30 dias	3.169	-	3.165	4	4.731	-	4.731	-
Vencidos de 31 a 90 dias	3.672	-	3.666	6	2.074	-	2.034	40
Vencidos de 91 a 360 dias	2.702	-	593	2.109	1.334	-	833	501
Vencidos há mais de 360 dias	516	-	-	516	550	-	11	539
	220.418	210.359	7.424	2.635	209.705	201.016	7.609	1.080

Os recebíveis da Companhia figuram como garantia de alguns dos empréstimos e financiamentos tomados, conforme descrito na nota explicativa nº 23. Seu montante é calculado a partir de um percentual do saldo residual da dívida. Em 30 de junho 2016, o total de contas a receber dados em garantia era de R\$ 78.287 (R\$ 97.780 em 31 de dezembro de 2015).

**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**10 Estoques**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Produtos acabados	164.437	167.498	164.783	167.701
Produtos em processo	7.932	5.756	7.932	5.756
Matérias-primas e materiais de consumo	33.159	33.410	33.159	33.410
Provisão para avaliação de estoques ao valor de realização	(7.305)	(6.169)	(7.305)	(6.169)
Importações em andamento	9.096	4.593	9.096	4.593
	<u>207.319</u>	<u>205.088</u>	<u>207.665</u>	<u>205.291</u>

**11 Adiantamento a fornecedores**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Mercado interno	2.348	2.528	1.325	1.785
Mercado externo	69	268	69	268
	<u>2.417</u>	<u>2.796</u>	<u>1.394</u>	<u>2.053</u>

**12 Tributos a recuperar**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Circulante				
ICMS (a)	9.639	12.313	10.134	12.821
IPI (b)	1.877	1.549	2.241	1.975
IRPJ/CSLL	866	4.964	1.318	6.020
PIS/COFINS	350	1.112	776	1.521
Outros	908	215	1.137	438
	<u>13.640</u>	<u>20.153</u>	<u>15.606</u>	<u>22.775</u>
Não circulante *				
ICMS	3.402	3.807	3.402	3.807
PIS/COFINS	5.121	6.670	5.121	6.670
	<u>8.523</u>	<u>10.477</u>	<u>8.523</u>	<u>10.477</u>

\* Impostos a recuperar decorrentes de aquisições de ativo imobilizado.

**a) Crédito presumido sobre produtos importados**

Desde 2012 a Companhia utiliza o benefício Pró-emprego (TTD) que reduz o ICMS (crédito presumido) na venda de produtos importados através dos portos de Santa Catarina.



## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

Conservadoramente, a Companhia entendeu que não caberia o crédito presumido do ICMS na revenda de produtos importados quando a saída se dava a não contribuinte do ICMS, em especial às empresas construtoras e incorporadoras.

Em 2014, a Companhia contratou uma consultoria para efetuar um trabalho de revisão do ICMS, e foi identificada a possibilidade do aproveitamento desse crédito, inclusive de forma extemporânea. Assim, em 30 de junho de 2016, do montante de R\$ 9.639 registrado no ativo circulante, R\$ 2.995 refere-se ao reconhecimento dos créditos fiscais de ICMS referidos acima, líquido dos valores já utilizados.

### b) Redução dos percentuais das alíquotas de IPI

A redução dos percentuais das alíquotas de IPI incidentes sobre os produtos produzidos e comercializados pela Companhia, originalmente permitida pelo Decreto nº 7.032 de 14 de dezembro de 2009, estava mantida até 31 de março de 2014 conforme Decreto nº 7.796 de 30 de agosto de 2012, e foi revogada pelo Decreto Federal 7.879 de 27 de dezembro de 2012, que define alíquota zero para o IPI do setor, por prazo indeterminado. Esta medida origina créditos que são utilizados trimestralmente para compensação de tributos federais.

### 13 Créditos com outras pessoas ligadas

A Companhia adquiriu, entre 2001 e 2003, da parte relacionada Refinadora Catarinense S.A. ("Refinadora") créditos fiscais contra a Fazenda Nacional decorrentes de Mandado de Segurança reclamando o direito ao ressarcimento de crédito-prêmio IPI. A Companhia utilizou tais créditos, para liquidação de tributos federais. Conforme previsto no contrato entre as partes, na eventualidade desses créditos não serem validados por parte da Fazenda Nacional, a "Refinadora" deveria ressarcir a Companhia.

O Supremo Tribunal Federal pronunciou-se em meados de 2009 definindo o marco extintivo deste incentivo em 04 de outubro de 1990, extinguindo as pretensões de utilização deste crédito. Dado este fato a Companhia aderiu ao parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, incluindo então o débito decorrente da utilização do crédito adquirido da "Refinadora".

Ressalta-se que a "Refinadora" já havia celebrado contrato com a Companhia garantindo o ressarcimento dos valores utilizados. A referida garantia foi prestada com créditos originados também sobre o benefício fiscal 'crédito-prêmio do IPI', de período de apuração anterior a 04 de outubro de 1990, tramitando na Justiça Federal do Distrito Federal, com decisão de liquidação de sentença transitada em julgada e favorável a Refinadora.

Por ocasião da adesão ao parcelamento da Lei 11.941/09, a Companhia e "Refinadora" firmaram instrumento confirmando como garantia tais créditos, bem como aptos a satisfação da totalidade dos débitos tributários parcelados. Em 30 de junho de 2016, esses créditos que também têm origem no processo 87.00.00967-9, representam R\$ 87.936 (R\$ 84.601 em 31 de dezembro de 2015) e são atualizados pela taxa SELIC, conforme contrato.

Importa dizer que os créditos em garantias já se transformaram em precatórios. Com efeito, a Companhia recebeu 4 parcelas de um total de 10 parcelas anuais, conforme disposto em contrato. Os recebimentos ocorreram em agosto de 2011, março de 2013, abril de 2014 e dezembro de 2015, nos montantes de R\$ 8.505, R\$ 9.824, R\$ 9.995 e R\$ 10.000, respectivamente.

A Refinadora Catarinense S/A foi controladora no passado e atualmente possui acionistas em comum, e permanece financeiramente responsável pelo adimplemento da obrigação.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 14 Depósitos judiciais

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em ações judiciais de natureza tributária, cível e trabalhista (vide nota explicativa nº 27) e estão discutindo essas questões na esfera administrativa e judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. Estes estão registrados pelo valor original atualizado pelos índices relativos à remuneração básica da poupança, TR + 0,5%.

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Cível (a)	60.689	47.924	60.707	47.944
Trabalhista	8.779	9.407	8.779	9.407
Tributária	3.401	2.568	3.418	2.573
	<u>72.869</u>	<u>59.899</u>	<u>72.904</u>	<u>59.924</u>

a) A Companhia, em razão de decisão intempestiva e unilateral por parte do fornecedor SC Gás, na suspensão do desconto do valor mensal do gás contratado, benefício intitulado de plano de fidelização, ingressou na justiça, postulando a manutenção do mencionado benefício, tendo sido deferida medida liminar para que os valores referentes ao desconto fossem depositados em juízo.

### 15 Recebíveis da Eletrobrás

A Companhia moveu ação contra a Centrais Elétricas Brasileira S/A - Eletrobrás visando o ressarcimento do empréstimo compulsório pago através das faturas de energia elétrica entre os anos de 1977 e 1993, com base na Lei 4.156/62.

Em 16 de dezembro de 2005 esta ação foi julgada procedente e em fevereiro de 2006 a Companhia promoveu a ação de execução. Nesta ocasião, a Eletrobrás e União Federal embargaram o processo, reconhecendo como parcela incontroversa o valor de R\$ 6.286 (valores de 01 de março de 2008), representados (i) por meio de depósito bancário no valor de R\$ 4.964, em 01 de abril de 2008 e (ii) pela transferência de 61.209 ações preferenciais nominativas classe "B" da Eletrobrás que foram vendidas em 13 de agosto de 2008 por R\$ 1.597.

A Justiça Federal determinou que o núcleo de contadoria apurasse o valor remanescente devido à Companhia. A contadoria apurou então o valor de R\$ 12.064 em 01 de fevereiro de 2006. A Companhia reconheceu o valor apurado pela perícia judicial e mantém estes valores atualizados pelo INPC acrescido de 12% ao ano. Em 30 de setembro de 2010, o saldo remanescente era de R\$ 15.613 antes da atualização.

Submetido o cálculo à revisão, a contadoria da Justiça Federal apresentou novos valores, apurando como 'condenação líquida' o valor de R\$ 24.749. Em setembro de 2010 a Companhia reconheceu a diferença entre os valores apurados anteriormente e o cálculo atual da contadoria da Justiça Federal no montante de R\$ 9.136.

Em 01 de agosto de 2014, a contadoria da Justiça Federal condenou a Eletrobrás ao pagamento do montante apurado pela perícia, no total de R\$ 35.395, mas com data base de agosto de 2013. A partir dessa liquidação por arbitramento, a Companhia interpôs agravo de instrumento contra a decisão proferida nesses autos, requerendo que os cálculos fossem retificados e que fossem estabelecidos critérios a serem adotados na quantificação do valor da condenação, em virtude das divergências entre as partes. Baseada nessa situação, a Companhia decidiu de forma conservadora, interromper a

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

atualização do ativo momentaneamente, até que se tenha nova decisão do valor e dos critérios utilizados neste processo.

O valor apresentado até 30 de junho de 2016 corresponde a R\$ 48.621. Importa dizer que o valor apurado pela perícia é com data-base agosto de 2013, enquanto que o valor atualizado pela Companhia conforme mencionado anteriormente, está atualizado até julho de 2014.

Em 18 de maio de 2016 a Companhia foi informada acerca do transito em julgado do processo de liquidação de sentença. A Companhia já contratou um perito contábil para apuração do crédito, que será objeto de futura ação de execução de sentença.

### 16 Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social a recuperar e a recolher têm a seguinte composição:

	Ativo Circulante				Passivo Circulante			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Imposto de renda	673	3.675	1.079	4.522	-	-	(910)	(415)
Contribuição social	193	1.289	239	1.498	-	-	(329)	(156)
	866	4.964	1.318	6.020	-	-	(1.239)	(571)

Os impostos são apresentados líquidos, no ativo ou passivo, caso haja direito legal de compensar ativos e passivos fiscais correntes.

#### b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do tributo sobre ativos e passivos e os valores contábeis das Demonstrações Financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos para controladora e consolidado são os seguintes:

**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Prejuízos fiscais	9.527	-
Diferenças temporárias ativas	36.176	34.863
Variações cambiais pelo regime de caixa	8.145	13.720
Provisão para ajuste a valor de mercado	1.936	1.836
Provisão para contingências	10.461	9.605
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	5.768	3.902
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	3.365	4.275
Outras diferenças temporárias ativas	6.501	1.525
Diferenças temporárias passivas	(56.902)	(56.528)
Portobello previdência	(3.291)	(3.291)
Realização da reserva de reavaliação	(19.400)	(19.708)
Recebíveis da Eletrobrás	(16.531)	(16.531)
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(8.505)	(7.724)
Ajuste a valor presente	(3.694)	(3.691)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(5.481)	(5.583)
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Líquido	(11.199)	(21.665)

A movimentação líquida em 30 de junho de 2016 da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos é a seguinte:

	Controladora e Consolidado
Em 31 de dezembro de 2015	(21.665)
Prejuízos fiscais	9.527
Diferenças temporárias ativas	1.313
Diferenças temporárias passivas	(682)
Reserva de reavaliação	308
Em 30 de junho de 2016	(11.199)

A movimentação dos ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos durante o trimestre, sem levar em consideração a compensação dos saldos para controladora e consolidado é a seguinte:

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2º Trimestre		Acumulado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Ativo de imposto diferido debitado (creditado) ao resultado				
Prejuízos fiscais	6.626	-	9.527	-
Variações cambiais pelo regime de caixa	(2.807)	(188)	(5.575)	4.008
Provisão para ajuste a valor de mercado	(467)	(315)	100	(336)
Provisão para contingências	653	305	856	776
Provisão para PIS e COFINS c/ base reduzida do ICMS	1.079	786	1.866	1.505
Provisão participação nos lucros e incentivo de longo prazo	(1.507)	(240)	(910)	912
Outras diferenças temporárias ativas	3.607	(57)	4.976	(2.636)
	<u>7.184</u>	<u>291</u>	<u>10.840</u>	<u>4.229</u>
Realização da reserva de reavaliação	154	155	308	308
Contingência ativa - crédito prêmio IPI - fase II	(530)	(1.855)	(781)	(1.999)
Ajuste a valor presente	(210)	(356)	(3)	(715)
Ajuste de depreciação (pela vida útil dos bens)	(502)	(95)	102	(189)
	<u>(1.088)</u>	<u>(2.151)</u>	<u>(374)</u>	<u>(2.595)</u>
	<u>6.096</u>	<u>(1.860)</u>	<u>10.466</u>	<u>1.634</u>

### c) Imposto de renda e contribuição social, resultado

As despesas com imposto de renda e contribuição social são apresentadas conforme abaixo:

#### Movimentação do 2º trimestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Resultado antes do imposto	(2.062)	21.103	1.833	23.885
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	701	(7.175)	(623)	(8.128)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	2.399	(426)	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	1.787	364	1.685	364
Depreciação de ativos reavaliados	(154)	(96)	(309)	(96)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(4.733)	2.320	(4.642)	70
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	(5.013)	(3.889)	(7.790)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	6.096	(1.860)	6.096	(1.860)
Despesa com imposto de renda e contribuição social	6.096	(6.873)	2.207	(9.650)
Aliquota efetiva	-	32,6%	-	40,4%

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Movimentação do 1º semestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Resultado antes do imposto	(11.506)	34.672	(5.126)	40.653
Imposto calculado com base na taxa nominal - 34%	3.912	(11.788)	1.743	(13.836)
Resultado de subsidiárias por equivalência patrimonial	3.887	609	-	-
Despesas não dedutíveis	1.684	876	1.582	876
Depreciação de ativos reavaliados	(308)	(185)	(463)	(185)
Créditos tributários s/ prejuízos fiscais e diferenças temporárias	(9.175)	(804)	(9.232)	(4.118)
Imposto corrente sobre o lucro do exercício	-	(11.292)	(6.370)	(17.263)
Constituição de imposto de renda e contribuição social diferidos	10.466	1.634	10.466	1.634
Despesa com imposto de renda e contribuição social	10.466	(9.658)	4.096	(15.629)
Aliquota efetiva	-	27,9%	-	38,4%

### 17 Ativo tributário

A Companhia possui processo judicial requerendo o reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI', em diferentes períodos de apuração. O processo nº 1987.0000.645-9 referente ao período de 01 de abril de 1981 a 30 de abril de 1985, já tendo decisão favorável à Companhia, encontra-se em fase de liquidação de sentença com os valores já apurados pela contadoria da Justiça Federal. A Companhia tem expectativa de realização deste ativo em médio prazo. Desta forma, a Companhia reconheceu em novembro de 2009 o valor incontroverso que atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 18.566 (R\$ 17.396 em 31 de dezembro de 2015).

Relativamente ao processo nº 1984.00.020114-0, movido contra a Fazenda Nacional, o qual versa sobre o direito da Companhia em receber benefício fiscal intitulado como crédito-prêmio IPI, instituído pelo artigo 1º do Decreto Lei nº 491/69, art. 1º, no período de 07 de dezembro de 1979 a 31 de março de 1981, na forma como vinha recebendo, anteriormente, afastando a interferência, no caso, das Portarias nºs 960/79, 78/81 e 89/81. O referido benefício fiscal era calculado sobre a venda dos produtos manufaturados e exportados.

Nos últimos meses o processo passou por alterações significativas na situação processual. Após o trânsito em julgado, ocorrido há mais 10 anos, iniciou-se a fase de liquidação e execução de sentença, sobrevivendo laudo pericial, realizado por perito judicial. As partes foram intimadas do 'quantum' apurado para manifestação acerca da concordância ou impugnação do laudo. A Companhia concordou com os cálculos apresentados. A União, representada pela Procuradoria da Fazenda Nacional não se manifestou, ensejando a concordância tácita, operando-se a preclusão. Portanto, o processo está concluso para sentença e não há mais espaço para contestação. A Companhia reconheceu em 2015 o montante apurado pelo perito judicial no valor de R\$ 4.983, e como a Companhia entende que o ganho da mencionada ação é praticamente certo, registrou o ativo tributário em junho de 2015, e que atualizado até 30 de junho de 2016 é de R\$ 6.447 (R\$ 5.322 em 31 de dezembro de 2015).

### 18 Ativos contingentes

O ativo contingente refere-se ao processo judicial 1998.34.00.029022-4 e também tratam do reconhecimento de benefícios fiscais intitulados 'crédito-prêmio do IPI'. Com efeito, o processo nº 1998.34.00.029022-4 teve sua liquidação de sentença transitada em julgado em março de 2015. O escritório de advocacia Souza Cescon Barriou & Flesch, instado a apurar o valor dos créditos judiciais declarados, quantificou o direito da Companhia em face da União Federal em R\$ 112.736, base

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fevereiro de 2012. Estes valores não são contabilizados pois não atendem os critérios de reconhecimento de acordo com o CPC 25 Provisões passivos contingentes e ativos contingentes.

### 19 Investimentos

#### a) Participação em controladas

A Companhia é controladora de cinco empresas e os investimentos estão registrados no ativo não circulante sob a rubrica "Participação em controladas" e no passivo como "Provisão para perda em investimentos".

	Patrimônio líquido	Resultado do período	Percentual de participação	31 de dezembro de 2015	Variações cambiais	Resultado equivalência patrimonial	30 de junho de 2016
Provisão para perdas em investimentos							
Portobello América Inc. (a)	(65.607)	(129)	100%	(79.677)	14.198	(129)	(65.608)
PBTech Ltda.	264	2.813	99,94%	(2.547)	-	2.811	264
Mineração Portobello Ltda.	(20)	281	99,76%	(302)	-	280	(22)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	2.057	(1.112)	98,00%	(10.863)	-	(1.109)	(11.972)
				<u>(93.389)</u>	<u>14.198</u>	<u>1.853</u>	<u>(77.338)</u>
Investimentos - Participação em controladas							
Portobello Shop S.A.	4.817	9.581	99,90%	480	-	9.590	10.070
				<u>480</u>	<u>-</u>	<u>9.590</u>	<u>10.070</u>
Total investimento em controladas				<u>(92.909)</u>	<u>14.198</u>	<u>11.443</u>	<u>(67.268)</u>

(a) Em 30 de junho de 2016 a Companhia apresenta a provisão para perdas em investimentos da controlada Portobello América Inc. no passivo não circulante. A intenção da Administração é de capitalizar a dívida da controlada.

As controladas são empresas de capital fechado, cuja participação da Controladora nos ativos, passivos e lucro do período é a seguinte:

	País de constituição	Percentual de participação	Ativo	Passivo	Receita	Resultado
Em 31 de dezembro de 2015						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	288	79.964	-	(88)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	5.296	7.815	44.806	1.529
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	23.148	22.668	64.693	20.612
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	1.527	1.829	5.699	(16)
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	27.643	11.731	62.311	(11.236)
Em 30 de junho de 2016						
Portobello América Inc.	Estados Unidos	100,00%	124	65.731	-	(129)
PBTech Ltda.	Brasil	99,94%	11.553	11.289	29.966	2.813
Portobello Shop S/A	Brasil	99,90%	29.208	19.147	30.887	9.581
Mineração Portobello Ltda.	Brasil	99,76%	2.741	2.762	4.227	281
Companhia Brasileira de Cerâmica S/A	Brasil	98,00%	2.559	543	(56)	(1.112)

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Adiantamento para futuro aumento de capital

A controladora PBG S.A. possui um AFAC (adiantamento para futuro aumento de capital) com a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica no montante de R\$ 14.276 (R\$ 27.321 em 31 de dezembro de 2015), classificada no ativo não circulante.

### c) Companhia Brasileira de Cerâmica

Em dezembro de 2015, a controlada Companhia Brasileira de Cerâmica teve suas atividades operacionais absorvidas pela controladora PBG S.A.

## 20 Imobilizado

### a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	30 de junho de 2016			31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	
	Taxa média anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	
Terrenos		12.141	-	12.141	12.141	13.062	13.062
Edificações, obras civis e benfeitorias	3%	201.515	(31.670)	169.845	164.853	167.778	163.773
Máquinas e equipamentos	15%	503.722	(269.494)	234.228	224.665	234.228	224.665
Móveis e utensílios	10%	9.444	(8.086)	1.358	1.418	1.375	1.440
Computadores	20%	18.250	(14.476)	3.774	4.123	3.792	4.147
Outras imobilizações	20%	207	(183)	24	30	9.276	5.494
Imobilizações em andamento		14.327	-	14.327	29.449	14.353	31.613
		<u>759.606</u>	<u>(323.909)</u>	<u>435.697</u>	<u>436.679</u>	<u>443.864</u>	<u>444.194</u>

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição, (vide nota explicativa nº 31e).

Conforme previsto na Interpretação Técnica ICPC 10 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, aprovada pela Deliberação CVM nº 619/09 e vigente a partir de 01/01/09, a Companhia revisou e alterou a vida útil econômica dos bens de seus ativos imobilizados em 2008, com base no Laudo Técnico emitido pelos Engenheiros da Companhia, e desde então, periodicamente faz revisões das taxas, e a última alteração foi realizada em 2015.



**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**b) Movimentação do imobilizado**

	Controladora										
	31 de dezembro de 2014					31 de dezembro de 2015					30 de junho de 2016
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciaçãoção	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciaçãoção	Baixas			
Terrenos	12.141	-	-	-	12.141	-	-	-	-	12.141	
Edificações e benfeitorias	100.944	-	69.163	(5.254)	164.853	-	8.445	(3.453)	-	169.845	
Máquinas e equipamentos	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)	224.665	525	20.321	(11.283)	-	234.228
Móveis e utensílios	1.018	49	535	(184)	-	1.418	-	37	(97)	-	1.358
Computadores	1.861	1.618	1.530	(886)	-	4.123	85	176	(610)	-	3.774
Outras imobilizações	41	-	-	(11)	-	30	-	-	(6)	-	24
Imobilizações em andamento	136.438	74.029	(181.018)	-	-	29.449	13.857	(28.979)	-	-	14.327
	<b>387.451</b>	<b>76.708</b>	<b>(364)</b>	<b>(26.797)</b>	<b>(319)</b>	<b>436.679</b>	<b>14.467</b>	<b>-</b>	<b>(15.449)</b>	<b>-</b>	<b>435.697</b>

	Consolidado										
	31 de dezembro de 2014					31 de dezembro de 2015					30 de junho de 2016
	Adições	Transfe-rências	Depre-ciaçãoção	Baixas	Adições	Transfe-rências	Depre-ciaçãoção	Baixas			
Terrenos	13.062	-	-	-	13.062	-	-	-	-	13.062	
Edificações e benfeitorias	100.844	-	69.163	(6.234)	-	163.773	-	8.445	(4.440)	-	167.778
Máquinas e equipamentos	135.008	1.012	109.426	(20.462)	(319)	224.665	525	20.321	(11.283)	-	234.228
Móveis e utensílios	1.041	52	535	(188)	-	1.440	-	37	(99)	(3)	1.375
Computadores	1.891	1.622	1.530	(896)	-	4.147	90	170	(615)	-	3.792
Outras imobilizações	1.973	200	3.332	(11)	-	5.494	-	3.788	(6)	-	9.276
Imobilizações em andamento	138.766	77.326	(184.350)	-	(129)	31.613	15.501	(32.761)	-	-	14.353
	<b>392.585</b>	<b>80.212</b>	<b>(364)</b>	<b>(27.791)</b>	<b>(448)</b>	<b>444.194</b>	<b>16.116</b>	<b>-</b>	<b>(16.443)</b>	<b>(3)</b>	<b>443.864</b>

Os montantes de depreciação foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme segue:

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre				Acumulado			
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2016	30 de junho de 2016	30 de junho de 2016
Custo dos produtos vendidos	7.072	4.636	7.072	4.636	13.909	9.274	13.909	9.274
Despesa comercial	533	423	1.041	625	1.033	856	2.024	1.181
Despesa administrativa	253	253	256	256	507	414	510	420
Outras	-	1.206	-	1.206	-	1.206	-	1.206
	<b>7.858</b>	<b>6.518</b>	<b>8.369</b>	<b>6.723</b>	<b>15.449</b>	<b>11.750</b>	<b>16.443</b>	<b>12.081</b>

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 21 Intangível

#### a) Composição

	Controladora			Consolidado			
	30 de junho de 2016			31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	
	Taxa média anual de amortização	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
Marcas e patentes	-	150	-	150	150	150	150
Softwares	20%	18.061	(12.988)	5.073	2.032	5.073	2.032
Direito de exploração de jazidas	20%	1.000	(1.000)	-	773	948	1.164
Fundo de comércio	-	-	-	-	-	7.039	7.039
Softwares em desenvolvimento	-	2.324	-	2.324	5.315	2.324	5.315
Sistema de gestão (a)	21%	18.887	(11.324)	7.563	9.540	7.563	9.540
		40.422	(25.312)	15.110	17.810	23.097	25.240

(a) Gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial, representados substancialmente pelos sistemas Oracle, WMS e Demantra e *Inventory Optimization* e pelos desenvolvimentos realizados no processo de gestão da cadeia de valor.

#### b) Movimentação do intangível

	Controladora									
	31 de dezembro de 2014		Adições	Amortizações	Transferência	31 de dezembro de 2015		Transferência	Baixas	30 de junho de 2016
Marcas e patentes	150	-				-	-			150
Softwares	139	1.802	(272)	363	2.032	406	(496)	3.131	-	5.073
Direito exploração de jazidas	50	1.015	(292)	-	773	-	(29)	-	(744)	-
Softwares em desenvolvimento	2.803	2.512	-	-	5.315	140	-	(3.131)	-	2.324
Sistema de gestão	13.495	-	(3.955)	-	9.540	-	(1.977)	-	-	7.563
	16.637	5.329	(4.519)	363	17.810	546	(2.502)	-	(744)	15.110

	Consolidado										
	31 de dezembro de 2014		Adições	Amortizações	Transferência	31 de dezembro de 2015		Amortizações	Transferência	Baixas	30 de junho de 2016
Marcas e patentes	150	-				-	-				150
Softwares	139	1.802	(272)	363	2.032	407	(497)	3.131	-	-	5.073
Direito exploração de jazidas	494	1.015	(345)	-	1.164	744	(216)	-	(744)	-	948
Fundo de comércio	4.240	2.799	-	-	7.039	-	-	-	-	-	7.039
Softwares em desenvolvimento	2.803	2.512	-	-	5.315	140	-	(3.131)	-	-	2.324
Sistema de gestão	13.495	-	(3.955)	-	9.540	-	(1.977)	-	-	-	7.563
	21.321	8.128	(4.572)	363	25.240	1.291	(2.690)	-	(744)	-	23.097

Os montantes de amortização foram registrados como custo dos produtos vendidos, despesas comerciais e despesas administrativas conforme seguem:

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	2º Trimestre				Acumulado			
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2016	30 de junho de 2016	30 de junho de 2016
Custo dos produtos vendidos	173	17	283	30	324	68	512	95
Despesa comercial	704	704	704	704	1.408	1.408	1.408	1.408
Despesa administrativa	385	327	385	327	770	684	770	684
	1.262	1.048	1.372	1.061	2.502	2.160	2.690	2.187

### c) Projeção para amortização do Intangível Consolidado:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Softwares	588	1.177	1.147	1.137	952	72	-	-	-	-	5.073
Direito de exploração de jazidas	220	426	38	38	38	38	38	38	38	36	948
Sistema de gestão	2.494	3.673	1.396	-	-	-	-	-	-	-	7.563
	3.302	5.276	2.581	1.175	990	110	38	38	38	36	13.584

Os itens marcas e patentes, fundo de comércio e softwares em desenvolvimento no total de R\$ 9.513 não sofrem amortização devido a sua vida útil indefinida. Porém estão sujeitos a *impairment*, conforme descrito nas principais políticas contábeis, divulgados nas demonstrações financeiras do encerramento do exercício.

## 22 Fornecedores e cessão de crédito

### a) Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Mercado interno	105.520	96.740	109.226	111.427
Mercado externo	17.081	16.241	17.081	16.241
Decomposição do valor nominal ao valor presente	(118)	(316)	(118)	(316)
Circulante	122.483	112.665	126.189	127.352
Mercado interno (a)	60.634	47.923	60.634	47.923
Não circulante	60.634	47.923	60.634	47.923
	183.117	160.588	186.823	175.275

(a) Provisão para pagamento ao fornecedor de gás decorrente do assunto mencionado na nota explicativa nº 14

### b) Cessão de crédito de fornecedores

A Companhia realizou operações de cessão de crédito de fornecedores com instituições financeiras de primeira linha no montante de R\$ 15.461 no 2T16 e R\$ 15.642 em 2015, com o objetivo de dispor aos seus fornecedores parceiros, linhas de créditos mais atrativas visando à manutenção do relacionamento comercial.

Nas referidas transações não houve modificação das condições de pagamentos e de preços negociados com os fornecedores.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 23 Empréstimos e financiamentos

#### a) Empréstimos e financiamentos

	Moeda	Vencimentos	Encargos	Controladora		Consolidado	
				30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Circulante</b>							
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,12% a.a. <sup>1</sup>	6.216	15.541	6.216	15.541
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	742	705	742	705
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	9.513	9.015	9.513	9.015
BNDES	R\$	Mar/2016	- a.a. <sup>1</sup>	-	2.362	-	2.362
Lei nº 4.131 (d) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,73% a.a.	14.437	14.488	14.437	14.488
Lei nº 4.131 (d) - (nota 7)	US\$	Ago/2016	15,68% a.a. <sup>1</sup>	2.145	24.482	2.145	24.482
NCE (e)	R\$	Jan/2018	15,58% a.a. <sup>1</sup>	69.434	63.790	69.434	63.790
Pré-pagamento (f)	US\$	Mai/2018	5,15% a.a.+VC	4.023	4.896	4.023	4.896
PRODEC (g)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. <sup>1</sup>	10.544	13.514	10.544	13.514
FINEP (h)	R\$	Mai/2021	7,53% a.a. <sup>1</sup>	10.163	6.866	10.163	6.866
DEG (i)	US\$	Out/2021	5,70% a.a.+VC	10.268	12.497	10.268	12.497
FINAME (j)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. <sup>1</sup>	422	415	422	415
ACC	US\$		0,00% a.a.+VC	-	15.365	-	15.365
NCE (e) - (nota 7)	US\$	nov/2017	15,40% a.a.	21.462	26.117	21.462	26.117
Debêntures 1ª série (k)	R\$	Nov/2022	17,68% a.a.	99.817	336	99.817	336
Debêntures 2ª série (k)	R\$	Nov/2020	17,28% a.a.	99.777	325	99.777	325
<b>Total do circulante</b>			<b>12,71% a.a.<sup>1</sup></b>	<b>358.963</b>	<b>210.714</b>	<b>358.963</b>	<b>210.714</b>
Total moeda nacional				321.065	127.357	321.065	127.357
Total moeda estrangeira				37.898	83.357	37.898	83.357
<b>Não circulante</b>							
Capital de giro (a)	R\$	Out/2016	15,12% a.a. <sup>1</sup>	-	-	1.118	1.110
Arrendamento financeiro (b)	R\$	Mai/2018	11,48% a.a.	747	1.124	747	1.124
Banco do Nordeste S.A (c)	R\$	Jun/2025	3,00% a.a.	75.989	76.446	75.989	76.446
Lei nº 4.131 (d) - (nota 7)	R\$	Dez/2017	15,73% a.a.	7.143	14.286	7.143	14.286
NCE (e)	R\$	Jan/2018	15,58% a.a. <sup>1</sup>	89.524	48.716	89.524	48.716
Pré-pagamento (f)	US\$	Mai/2018	5,15% a.a.+VC	4.012	7.322	4.012	7.322
PRODEC (g)	R\$	Set/2019	4,00% a.a. <sup>1</sup>	38.847	33.934	38.846	33.934
FINEP (h)	R\$	Mai/2021	7,53% a.a. <sup>1</sup>	25.784	19.986	25.784	19.986
DEG (i)	US\$	Out/2021	5,70% a.a.+VC	43.332	58.572	43.332	58.572
FINAME (j)	R\$	Ago/2023	3,00% a.a. <sup>1</sup>	2.439	2.648	2.439	2.648
NCE (e) - (nota 7)	US\$	nov/2017	15,40% a.a.	10.699	26.032	10.699	26.032
Debêntures 1ª série (k)	R\$	Nov/2022	17,68% a.a.	-	98.419	-	98.419
Debêntures 2ª série (k)	R\$	Nov/2020	17,28% a.a.	-	98.419	-	98.419
<b>Total do não circulante</b>			<b>11,90% a.a.<sup>1</sup></b>	<b>298.516</b>	<b>485.904</b>	<b>299.633</b>	<b>487.014</b>
Total moeda nacional				240.473	393.978	241.590	395.088
Total moeda estrangeira				58.043	91.926	58.043	91.926
<b>Total Geral</b>			<b>12,10% a.a.<sup>1</sup></b>	<b>657.479</b>	<b>696.618</b>	<b>658.596</b>	<b>697.728</b>
Total moeda nacional				561.538	521.335	562.655	522.445
Total moeda estrangeira				95.941	175.283	95.941	175.283

<sup>1</sup> Taxa média ponderada

VC - Variação Cambial

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Detalhamento dos contratos

Nota	Contrato	Data		Captação (R\$ mil)	Prazo (meses)	Amorização	Carência (meses)	Garantias
		Desembolso	Vencimento					
(a)	Capital Giro	set-15	out-16	R\$ 20.000	13	Mensal		Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato
(b)	Arrend.financieiro	mai-15	mai-18	R\$ 2.192	36	Mensal		Máquinas e equipamentos
	Banco do Nordeste	ago-14	jun-25	R\$ 94.401	133	Mensal	24	Hipoteca de imóveis e máquinas e equipamentos
(c)	<i>Contrato celebrado em 06/2013, no valor de R\$ 147.700. A 1ª parcela do financiamento foi liberada pelo Banco em 08/2014 no valor de R\$ 29.221, a 2ª parcela liberada em 01/2015 no valor de R\$ 45.765, a 3ª parcela liberada em 09/2015 no valor de R\$ 14.700, a 4ª parcela liberada em 03/2016 no valor de R\$ 4.713.</i>							
(d)	4131 Trade	dez-12	dez-17	R\$ 50.000	60	Semestral	24	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		set-15	ago-16	US\$ 2.000	12	Trimestral	6	Operação clean
		jan-13	dez-17	R\$ 20.000	60	Semestral	24	
		mar-14	jan-17	R\$ 15.000	35	Mensal	12	
		mar-14	jan-17	R\$ 13.300	35	Mensal	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 50% do saldo devedor do contrato
		abr-14	mar-17	R\$ 15.000	36	Mensal	12	
		mai-14	abr-17	R\$ 15.000	35	Mensal	8	
(e)	Crédito de Exportação (NCE)	set-14	set-17	R\$ 10.000	36	Trimestral	3	Operação clean
		nov-14	nov-17	US\$ 15.000	36	Trimestral	12	
		fev-15	jan-18	R\$ 50.000	36	Trimestral	9	Recebíveis da Portobello SA no valor de 15% do saldo devedor do contrato
		mai-16	mai-18	R\$ 50.000	24	Semestral	12	
		jun-16	mai-19	US\$ 10.000	36	Trimestral	12	Recebíveis da Portobello SA no valor de 20% do saldo devedor do contrato
		jun-16	mai-19	US\$ 20.000	36	Trimestral	12	
(f)	Pré-pagamento	jun-13	mai-18	US\$ 5.000	60	Trimestral	15	Penhor mercantil
	PRODEC				48	Bullet	Bullet	-
(g)	<i>(Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense) - Regime Especial do Estado de Santa Catarina obtido em julho de 2009. O saldo está sujeito ao ajuste ao valor presente sendo que a taxa utilizada para fins de cálculo é a média do capital de giro circulante (12,58% ao ano). O valor diferido é 60% do saldo do imposto gerado no mês que exceder R\$ 761 (média do imposto pago no ano de 2007 e 2008), com carência de 48 meses, prazo de 120 meses e atualização monetária de 4% ao ano e variação da UFIR.</i>							
		jul-10	set-18	R\$ 30.103	99	Mensal	24	Fiança Bancária
(h)	Finep	<i>Todas as 5 parcelas do financiamento foram liberadas pelo Banco, conforme abaixo: 1ª - R\$ 5.000 em 07/2010, 2ª - R\$ 5.100 em 08/2010, 3ª - R\$ 3.146 em 09/2010, 4ª - R\$ 5.572 em 12/2012 e 5ª - R\$ 11.282 em 08/2013.</i>						
		jul-14	mai-21	R\$ 25.107	84	Mensal	24	Fiança Bancária
		<i>Contrato celebrado em 07/2014, no valor de R\$ 57.300 e a 1ª parcela do financiamento, no valor de R\$ 12.627, foi liberada pelo Banco neste mesmo mês. A 2ª parcela liberada em 01/2016 no valor de R\$ 12.479.</i>						
	DEG	mai-14	out-21	US\$ 18.000	90	Semestral	23	Máquinas e equipamentos e notas promissórias
(i)	<i>Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que não foram cumpridas, porém, a Companhia já recebeu a "waiver" para o 2T16 e o saldo está mantido no não circulante.</i>							
		mai-13	mai-23	R\$ 39	120	Mensal	25	
		mai-13	abr-23	R\$ 601	120	Mensal	24	
(j)	Finame	jul-13	jul-23	R\$ 107	120	Mensal	25	Máquinas e equipamentos
		jul-13	ago-23	R\$ 1.890	120	Mensal	26	
		jan-14	jun-23	R\$ 577	114	Mensal	18	
(k)	Debêntures 1ª Série	dez-15	nov-22	R\$ 100.000	83	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
	Debêntures 2ª Série	dez-15	nov-20	R\$ 100.000	59	Semestral	24	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória
	<i>Em 17 de Novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Portobello S.A, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora, com relação a vencimentos de dívidas nos anos de 2015 e 2016; e o saldo remanescente à utilização como reforço de caixa da emissora. Este contrato possui cláusulas mínimas de "covenants" que não foram cumpridas, e a Companhia ainda não recebeu o "waiver" para o 2T16 portanto o saldo deste contrato foi reclassificado para o passivo circulante.</i>							

Em garantia dos demais empréstimos foram concedidos, principalmente, hipotecas de imóveis, equipamentos, recebíveis da Controladora (nota explicativa nº 9) e de controlada (nota explicativa nº 41), aval dos controladores e de controlada e adicionalmente foram dados em garantia, estoques de produtos acabados no montante de R\$ 11.016.

Os empréstimos de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamentos:

Vencimentos em 1º de Julho	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
2017	91.462	149.553	91.462	149.553
2018	81.229	98.435	82.346	99.545
2019 a 2025	125.825	237.916	125.825	237.916
	298.516	485.904	299.633	487.014

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os valores contábeis e o valor justo dos empréstimos são apresentados em Reais, segregados por tipo de moeda:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Reais	561.538	521.335	562.655	522.445
Dólares dos Estados Unidos	95.941	175.283	95.941	175.283
	<u>657.479</u>	<u>696.618</u>	<u>658.596</u>	<u>697.728</u>

O valor justo dos empréstimos atuais não possui diferenças significativas em relação ao seu valor contábil, uma vez que os valores contábeis estão registrados ao custo amortizado e atualizados *pró-rata*.

As obrigações de arrendamento financeiro para a controladora e consolidado estão descritas conforme abaixo:

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Arrendamento financeiro		
Obrigações brutas (pagamentos mínimos)		
Menos de um ano	856	856
Total	<u>856</u>	<u>856</u>
Encargos de financiamento futuros	<u>633</u>	<u>973</u>
Valor presente das obrigações	<u>1.489</u>	<u>1.829</u>
Valor presente das obrigações		
Menos de um ano	742	705
Mais de um ano e menos de cinco anos	747	1.124
Total	<u>1.489</u>	<u>1.829</u>

### c) Debêntures

Em 17 de novembro de 2015, foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, a 2ª Emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em duas séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição. Os recursos obtidos por meio da Emissão serão destinados ao alongamento do perfil de endividamento da Emissora, com relação a vencimentos de dívidas nos anos de 2015 e 2016 e o saldo remanescente à utilização como reforço de caixa da emissora.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Valor da captação		
Debêntures 1ª série	101.622	100.668
Debêntures 2ª série	101.582	100.647
Saldo Bruto	<u>203.204</u>	<u>201.315</u>
Custos de captação	(3.612)	(3.817)
Saldo líquido	<u>199.592</u>	<u>197.498</u>
Circulante	199.592	661
Não circulante	-	196.837

Características da Emissão	
Emissão	2ª
Agente Fiduciário	PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Coordenador Líder	Banco Bradesco S.A.
Banco Depositário	ITAU CV S/A
Negociação	CETIP
Número de Séries	2
Volume da Emissão R\$	200.000.000,00
Qtde Total de Debêntures	2.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00

Detalhamento da operação por série		
Série	1ª	2ª
Registro CVM/Nº	480/09	
Código do Ativo	PTBL12	PTBL22
Data de Emissão	26/11/2015	
Data de Vencimento	26/11/2022	26/11/2020
Volume R\$	100.000.000,00	100.000.000,00
Qtde de Debêntures	1.000	1.000
Valor Nominal Unitário R\$	100.000,00	100.000,00
Forma	Normativa e escritural	
Espécie	Garantia Real e garantia adicional Fidejussória	
Convertibilidade	Não convertíveis em ações de Emissão da Emissora	
Atualização	Não haverá atualização monetária do Valor Nominal	
Remuneração	Taxa DI + 3,55% ao ano (ano com base 252 dias)	Taxa DI + 3,15% ao ano (ano com 252 dias)
Pagamento Remuneração	Semestral, com a primeira data de remuneração em 26/05/2016	
Amortização	Será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.	Será amortizado em 7 (sete) parcelas semestrais consecutivas, a partir do 24º (vigésimo quarto) mês contado da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento em 26 de novembro de 2017.
Atos Societários:	RCA em 17/11/2015	
Covenants	Divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA <= 3,35 vezes (ano 2015), 3,00 (ano 2016), 2,75 (ano 2017), 2,65 (ano 2018), 2,50 (anos 2019, 2020 e 2021) e 3,00 (a partir de 2022).	
	Divisão entre Ativo Circulante pelo Passivo Circulante >= 1,15 vezes	

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 30 de junho de 2016 não foram atingidos os índices no cálculo de *covenants* das debêntures, quebrando assim por dois trimestres consecutivos. Desta forma o contrato foi reclassificado para o passivo circulante, porém a Companhia permanece integralmente adimplente com este contrato visto que o mesmo foi renegociado com os debenturistas e aprovado pelo Conselho de Administração. Nos próximos dias será feita a formalização deste processo junto aos debenturistas.

### 24 Parcelamento de obrigações tributárias

Obrigações fiscais	Pedido de parcelamento		Controladora		Consolidado	
	Data	Parcelas a vencer	30 de	31 de	30 de	31 de
			junho de 2016	dezembro de 2015	junho de 2016	dezembro de 2015
LEI 11.941/09 (a)	Nov/09	100	80.459	81.937	81.007	82.495

O cronograma de pagamentos para os parcelamentos é o seguinte:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
2016	4.554	9.018	4.586	9.081
2017 a 2023 (*)	67.830	65.163	68.292	65.604
2024	8.075	7.756	8.129	7.810
	80.459	81.937	81.007	82.495
Circulante	9.399	9.018	9.465	9.081
Não circulante	71.060	72.919	71.542	73.414

(\*) Sete parcelas anuais de R\$ 9.690 em 30 de junho de 2016 e R\$ 9.309 em 31 de dezembro de 2015 para a Controladora e R\$ 9.756 e R\$ 9.372 respectivamente para o Consolidado.

#### a) Lei nº 11.941/09 (REFIS - Programa de Recuperação Fiscal)

Nos meses de maio e junho de 2011 a Companhia concluiu o processo de consolidação do parcelamento instituído pela Lei 11.941/09, iniciado com a adesão ao Programa de Recuperação Fiscal, em novembro de 2009.

Entre a adesão e a Consolidação a Companhia efetuou o recolhimento da parcela mínima de R\$ 395 conforme facultou a legislação. Durante esse período e mais precisamente na consolidação, tomou decisões que refletiram num ajuste econômico positivo de R\$ 3.013, sendo R\$ 3.613 de impacto em outras receitas operacionais e R\$ 600 em despesa financeira. O principal reflexo ocorreu em função da não confirmação da migração de débitos indeferidos no parcelamento da MP 470 para o parcelamento da Lei 11.941/09 (vide nota explicativa nº 25).

Concluída a consolidação, a Companhia obriga-se ao pagamento das parcelas mensais de R\$ 807 sem atraso superior a três meses, bem como efetivou a desistência das ações judiciais e renuncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento, e conseqüentemente perda dos benefícios instituídos pela Lei 11.941/09. Estas desistências de ações contra autuações não prejudicam o prosseguimento dos processos em curso na Justiça, referidos nas notas explicativas nº 17 e nº 18.



## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 25 Débitos Tributários Lei nº 12.249/10 (MP 470 e MP 472)

Em novembro de 2009 a Companhia aderiu ao parcelamento previsto pela MP 470 (aproveitamento indevido de crédito prêmio de IPI), junto à SRF e PGFN. Nesta adesão, além do parcelamento houve a redução dos encargos e a Companhia pode utilizar créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais até 2008, para pagamento dos débitos.

Quando da conversão desta Medida Provisória (Lei nº 12.249/10) em junho de 2010 ficou autorizado à utilização de créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais existentes em 31 de dezembro de 2009. A Companhia fez uso deste benefício e registrou no segundo trimestre de 2010 R\$ 3.252 considerando o parcelamento liquidado.

A PGFN indeferiu parcialmente o pedido em junho de 2010 alegando a necessidade de desistência das ações judiciais que contestavam o crédito, bem como aduziu que não fora preenchido o requisito do “aproveitamento indevido”. A Companhia manifestou-se no sentido de requerer a desistência/renúncia apenas das ações judiciais que contestavam as autuações recebidas da SRF. Todavia, entendeu a Procuradoria Regional da Fazenda Nacional de Santa Catarina que a desistência/renúncia devia também alcançar as ações declaratórias que objetivam o reconhecimento do Crédito Prêmio de IPI, referidas nas notas explicativas nº 17 e nº 18. O Departamento Jurídico da Companhia está adotando as medidas necessárias contra a decisão da PGFN com o propósito de afastar a exigência da desistência/renúncia de ditas ações declaratórias como também a comprovação do “aproveitamento indevido”, manifestamente reconhecido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil em sede de lançamento. Este procedimento deliberado pela Administração é secundado por parecer do escritório Demarest Almeida, o qual defende que, para os débitos incluídos no parcelamento da Lei 12.249/10, não é exigível a desistência das ações declaratórias supracitadas, diferentemente do disposto na Lei 11.941/09. Desta forma sustenta que é praticamente certo reverter esta situação perseguindo as diversas instâncias judiciais para, no mérito, afastar os fundamentos do indeferimento. A título de esclarecimento, o mandado de segurança impetrado para buscar a homologação judicial do parcelamento foi denegado em primeira instância. Em sede recursal, o TRF da 4ª Região deu parcial provimento ao recurso. A Companhia mantém o pronunciamento de reverter a questão jurídica remanescente no Superior Tribunal de Justiça.

Na hipótese de manter-se a decisão da PGFN até a última instância, o que a Companhia entende ser remoto com base na opinião dos seus assessores jurídicos, o impacto no resultado da Companhia seria de uma perda de R\$ 23.523 em 30 de junho de 2016, considerando a desconfição da dívida, a inexistência dos benefícios e a manutenção dos débitos para a situação de passivo contingente, cujo eventual passivo tributário será satisfeito com os créditos decorrentes do processo nº 1998.34.00.029022-4, conforme destacado na nota explicativa nº 18.

### 26 Impostos, taxas e contribuições

Em 30 de junho de 2016 os impostos, taxas e contribuições registradas no passivo circulante estavam classificadas conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
IRRF	2.343	2.251	2.569	2.660
ICMS	12.894	7.245	12.927	7.189
PIS/COFINS	1.627	-	2.287	455
Outros	592	344	780	444
	<u>17.456</u>	<u>9.840</u>	<u>18.563</u>	<u>10.748</u>

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 27 Provisões para contingências

A Companhia e suas controladas figuram como parte em ações judiciais de natureza cível, trabalhista e tributária, e em processos administrativos de natureza tributária. Apoiada na opinião de seus consultores jurídicos e legais, a Administração acredita que o saldo das provisões é suficiente para cobrir os gastos necessários para liquidar as obrigações.

A abertura do saldo das provisões pode ser assim apresentada:

Montante provisionado	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Cíveis	8.351	7.794	8.460	7.909
Trabalhistas	21.864	20.823	21.864	20.823
Tributárias	18.878	12.458	18.911	12.458
	49.093	41.075	49.235	41.190

As provisões são mensuradas pela estimativa dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. E os processos cíveis e trabalhistas são avaliados individualmente pelos consultores jurídicos da Companhia que os classificam de acordo com as expectativas de êxito das causas.

Demonstrativo da movimentação das provisões:

	Controladora			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2015	7.794	20.823	12.458	41.075
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	967	2.109	6.420	9.496
Provisões adicionais	634	618	5.596	6.848
Reversões por não utilização	(153)	(232)	-	(385)
Atualização monetária (nota 34)	486	1.723	824	3.033
Reversões por realização	(410)	(1.068)	-	(1.478)
Em 30 de junho de 2016	8.351	21.864	18.878	49.093
	Consolidado			Total
	Cíveis	Trabalhistas	Tributárias	
Em 31 de dezembro de 2015	7.909	20.823	12.458	41.190
Debitado (creditado) à demonstração do resultado:	972	2.109	6.453	9.534
Provisões adicionais	635	618	5.629	6.882
Reversões por não utilização	(153)	(232)	-	(385)
Atualização monetária (nota 34)	490	1.723	824	3.037
Reversões por realização	(421)	(1.068)	-	(1.489)
Em 30 de junho de 2016	8.460	21.864	18.911	49.235

Comentários sobre os processos cíveis, trabalhistas e tributários:

#### Cíveis

A Companhia e suas controladas figuram como requeridas em 293 ações cíveis (232 ações em 31 de dezembro de 2015), no âmbito da Justiça Comum e dos Juizados Especiais Cíveis. A maioria das ações é movida por clientes e têm por objeto indenização por alegados danos morais e materiais. Quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais (nota explicativa nº 14).

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### Trabalhistas

A Companhia e sua controlada Portobello Shop S.A. figuram como reclamadas em 323 reclamações trabalhistas (372 reclamações em 31 de dezembro de 2015), movidas por ex-funcionários e terceiros. Os pedidos referem-se, preponderantemente, na postulação do adicional de insalubridade, matéria já pacificada no TRT da 12ª Região em favor da Companhia. As demais ações referem-se ao pagamento de verbas rescisórias, adicionais, horas-extras, equiparação salarial e indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente do trabalho/doenças profissionais. As provisões são revisadas pela Administração de acordo com sua consultoria jurídica. Alguns processos estão suportados por depósitos judiciais (nota explicativa nº 14).

Fazem parte ainda das provisões de natureza trabalhista, notificação fiscal sobre contribuição previdenciária devida pela Companhia sobre a remuneração paga aos segurados, contribuição para financiamento dos benefícios em razão da incapacidade laborativa e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e SEBRAE), acrescidos de juros moratórios e multa.

#### Alteração do Critério de Correção de Débitos Trabalhistas

O Tribunal Superior do Trabalho - TST, em decisão publicada em 07 de agosto de 2015, promoveu a alteração do índice de correção dos débitos trabalhistas, de modo a substituir a Taxa Referencial (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial-IPCA-E, com efeitos retroativos a 30 de junho de 2009. A mudança de critério impactará o saldo de provisões trabalhistas em aproximadamente R\$ 6,5 milhões. Todavia, o Supremo Tribunal Federal - STF, em decisão da lavra do Min. Dias Tófoli na Reclamação nº 22012, deferiu liminar suspendendo os efeitos da decisão do TST. Desta forma, a Companhia não promoverá a majoração de suas provisões trabalhistas enquanto não for publicada decisão terminativa da ação em tramitação no STF.

### Tributárias

#### a) INSS sobre Cooperativas

Trata-se de ações impetradas pela Companhia (mandado de segurança) contra o Instituto Nacional do Seguro Social, o qual exigiu o recolhimento da contribuição previdenciária prevista no artigo 22, inc. IV, da Lei nº 8.212/91 com a redação dada pela Lei nº 9.879/99.

A Companhia afirma que no exercício de suas atividades, contrata cooperativas de diversas áreas de trabalho, que lhe prestam serviços especializados, sujeitando ao recolhimento da contribuição, mas entende-se que não há previsão constitucional para sua cobrança, uma vez que ferem os princípios da legalidade, igualdade e da proteção às cooperativas, com base nisso pede-se liminar para que seja declarado o direito de não sujeitar-se ao recolhimento da contribuição previdenciária, bem como de efetuar a compensação de valores que tenha recolhido indevidamente a tal título. O saldo da provisão em 30 de junho de 2016 soma R\$ 601 (R\$ 601 em 31 de dezembro de 2015).

O Supremo Tribunal Federal, nos autos do Recurso Extraordinário nº 595.838, através de Repercussão Geral declarou a inconstitucionalidade do Art. 22, inciso IV da Lei 8.212/91. Assim, em juízo de retratação o Tribunal Regional Federal da 3ª Região nos autos da Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6 e o Tribunal Regional Federal da 4ª Região nos autos da Apelação Cível nº 2002.72.00004159-5 seguiram o posicionamento firmado pelo STF, de modo a dar provimento aos Recursos de Apelação confirmando a inconstitucionalidade do Art. 22, inciso IV da Lei 8.212/91.

Em 27 de março de 2015, na Apelação Cível nº 2002.72.00004159-5, ocorreu o trânsito em julgado do acórdão. Os valores depositados já foram levantados pela Companhia, mediante outorga de alvará judicial. No tocante a Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6, o processo encontra-se aguardando certificação do trânsito em julgado. No tocante a Apelação Cível nº 2002.61.00.009723-6, o processo

---

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

está concluso para despacho do desembargador sobre embargos de declaração apresentados pela Fazenda Nacional (fev/16).

### b) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS

A Companhia impetrou mandato de segurança objetivando alterar a base de cálculo do PIS e da COFINS mediante expurgo do ICMS. A Justiça Federal de Santa Catarina pronunciou-se em sentença de mérito favoravelmente a exclusão do ICMS da base de cálculo em relevo, e o montante até 30 de junho de 2016 é de R\$ 16.976 (R\$ 11.475 em 31 de dezembro de 2015).

Os saldos das provisões para contingencias tributárias são atualizados pela variação da taxa SELIC do período.

### c) PIS e COFINS sobre receitas financeiras

Em setembro de 2015, a Companhia impetrou mandato de segurança objetivando suspender o valor de Pis/Cofins sobre receitas financeiras. Mensalmente os valores apurados e pagos através de depósito judicial. O saldo da provisão em 30 de junho de 2016 é de R\$ 1.074 (R\$ 382 em 31 de dezembro de 2015).

### d) Liminar referente ICMS sobre energia elétrica

Ação declaratória movida pela Companhia em face do Estado de Santa Catarina, distribuída sob o nº 0301204-19.2015.8.24.0072, em tramite perante a 2ª vara Cível da Comarca de Tijucas/SC, onde requer a autora que o estado de Santa Catarina se abstenha de incluir na base de cálculo de ICMS os valores devidos a título de Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão – TUST e Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD. Requer ainda, a restituição dos valores recolhidos indevidamente, num período de 5 anos anteriores a data de ajuizamento (24/07/215) desta ação.

Em decisão interlocutória, restou deferida a antecipação de tutela para “determinar que o requerido abstenha-se, a partir da fatura seguinte à presente intimação, de incluir na base de cálculo do ICMS os valores devidos à título da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSD e Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST na unidade consumidora da autora (12351313).”

Atualmente, os autos estão conclusos para sentença.

A provisão corresponderá apenas aos juros de mora, dada a classificação de risco remoto.

## 28 Ações possíveis de perda

Entende-se que além das provisões reconhecidas contabilmente em suas demonstrações, classificadas como perdas prováveis, existem outras ações cíveis e trabalhistas, que foram classificadas como perdas possíveis e de acordo com a avaliação dos riscos oriundos dos processos mencionados, a Companhia, com base nos seus assessores jurídicos, estima os montantes dos passivos contingentes a seguir apresentadas:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
Cíveis	2.875	2.677	2.971	2.977
Trabalhistas	7.623	8.581	7.626	8.581
	10.498	11.258	10.597	11.558

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### a) Processo Administrativo nº 10983.721445/2014-78

Em 08 de dezembro de 2014, a Companhia foi cientificada da lavratura de Autos de Infração que constituíram créditos tributários de IRPJ e CSLL (bem como, penalidades pecuniárias e juros), referentes aos anos-calendários de 2009 a 2013. Segundo defendem as Autoridades Fiscais, a empresa teria supostamente cometido as seguintes infrações: (a) no ano de 2009, teria supostamente: (a.1) excluído indevidamente receita tributável proveniente de benefícios fiscais; (a.2) deduzido despesas não necessárias, relacionadas a principais de débitos tributários (IPI, PIS e COFINS) que transitaram pelos resultados de exercícios anteriores; (a.3) excluído valores indedutíveis, relacionados a principal de IRPJ e de CSLL; (a.4) excluído indevidamente valores referentes a principais contidos em adições temporárias e que haviam transitado pelos resultados de exercícios anteriores; e (a.5) deduzido despesas não dedutíveis, relacionadas a multa de ofício; (b) nos anos de 2010, 2011 e 2012, teria, supostamente: (b.1) compensado prejuízos fiscais e bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados; e (b.2) deixado de recolher importâncias de IRPJ e CSLL apuradas por estimativa mensal, o que resultou em multa aplicada isoladamente; e (c) no ano de 2013, teria, supostamente, compensado bases negativas de CSLL em valores superiores aos apurados. Em 06 de janeiro de 2015, a Companhia apresentou Impugnação contra os lançamentos em comento, rechaçando todas as infrações que lhe foram imputadas, de modo que, desde essa data (06 de janeiro de 2015), encontra-se aguardando o julgamento da referida Impugnação, que segundo assessores jurídicos da PBG S.A tem como desfecho praticamente certo a sua procedência, resultando no cancelamento do Auto de Infração, isto posto, a Companhia entende que a chance de perda é remota, e optou por não registrar o montante de R\$ 73 milhões como passivos potenciais.

Em 07 de março de 2016 a Companhia foi cientificada da lavratura dos Autos de Infração ref. os processos administrativos fiscais nº 11516-720.299/2016-02 e nº 11516.7200300/2016-91 que constituíram créditos tributários referentes compensações indevidas de IRPJ e CSLL. Contudo, a companhia defendeu que esta discussão já está em curso no processo 10983.721445/2014-78. Foi solicitado o cancelamento lançamento fiscal impugnado no montante de R\$ 19 milhões, devido a duplicidade por parte do fisco.

## 29 Benefícios a empregados

### 29.1 Plano de previdência privada

A Companhia e suas controladas desde 1997 patrocinam plano de benefícios intitulado Portobello Prev, administrado pela BB Previdência - Fundo de Pensão Banco do Brasil e conta com 34 participantes. O plano tem a característica de contribuição definida, porém oferece um benefício mínimo de aposentadoria por tempo de serviço ou por idade.

As principais premissas atuariais usadas foram as seguintes:

**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora
	30 de junho de 2016 e 2015
<b>Hipóteses econômicas</b>	
Taxa de desconto	6% a.a. (real)
Taxa de retorno esperado dos ativos	6% a.a. (real)
Crescimentos salariais futuros	2% a.a. (real) até 47 anos
Crescimento dos benefícios da Previdência Social e dos limites	2% a.a. (real) a partir de 48 anos
Inflação	Desconsiderada
<b>Fator de capacidade</b>	
Salários	100%
Benefícios	100%
<b>Hipóteses demográficas</b>	
Tábua de mortalidade	AT 83
Tábua de mortalidade de inválidos	Exp. IAPC
Tábua de entrada em invalidez	Hunter Cojugada com Álvaro Vindas

**29.2 Despesas de benefícios a empregados****a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Remuneração	35.949	30.341	39.131	36.771
Benefícios				
Plano de previdência	219	269	219	201
FGTS	2.998	2.476	3.359	3.226
Outros	4.733	3.736	5.024	4.260
<b>Total</b>	<b>43.899</b>	<b>36.822</b>	<b>47.733</b>	<b>44.458</b>

**b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Remuneração	68.086	57.845	74.904	67.151
Benefícios				
Plano de previdência	515	538	516	487
FGTS	5.605	4.756	6.397	5.787
Outros	8.735	7.287	9.288	8.045
<b>Total</b>	<b>82.941</b>	<b>70.426</b>	<b>91.105</b>	<b>81.470</b>

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### 30 Incentivo de longo prazo

Diante da perspectiva de criação de valor para negócio foi instituído e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 10 de maio de 2012, o incentivo de longo prazo (ILP). Este consiste em um programa de meritocracia que visa atrair, reter e reconhecer o desempenho dos profissionais atuantes na Companhia, alinhar os interesses dos executivos aos acionistas da Companhia e estimular permanência nos cargos.

São elegíveis ao ILP diretores e gerentes com classificações de desempenho acima da média, conforme política interna de avaliação de performance, e que mediante a assinatura de um contrato de adesão tornam-se participantes do programa.

No contrato de adesão é definido o número de títulos que cada participante receberá. Os títulos são chamados figurativamente de “ações referência” e não são negociados em mercado de balcão. A “valorização” dos títulos anualmente é calculada pelo desempenho do ebitda<sup>1</sup> e da relação entre ebitda e dívida líquida<sup>2</sup>.

O pagamento será feito em três parcelas anuais (2015, 2016, 2017 para o plano de 2012) com diferimento de dois anos no início do período (2013 e 2014). A liquidação será completa após cinco anos do reconhecimento inicial (2017) e a Companhia fará o pagamento, através de valores monetários em valor proporcional aos valores apurados pelas métricas do plano.

O primeiro grupo de participantes aderiu no exercício de 2012, destes, três participantes já solicitaram o pagamento da parcela de 2015, os demais postergaram o recebimento para 2016.

O valor presente da obrigação em 30 de junho de 2016 é R\$ 8.709 na controladora e R\$ 9.336 no consolidado (R\$ 8.709 na controladora e R\$ 9.336 no consolidado em 31 de dezembro de 2015).

<sup>1</sup>lucro antes de juros e despesas financeiras líquidas, impostos, depreciação e amortização

<sup>2</sup> empréstimos e financiamentos somados aos parcelamentos de obrigações tributárias descontados de caixa e equivalentes de caixa, bem como títulos e valores mobiliários.

### 31 Patrimônio líquido

#### a) Capital social

Após as deliberações da AGO, em 29 de abril de 2016 a Companhia aumentou seu capital em R\$ 20.000, realizado inteiramente mediante capitalização de lucros, exclusivamente para capitalização da empresa, não havendo alteração na quantidade total de ações conforme disposto pelo Art. 169, § 1º da Lei 6.404/76. Assim, em 30 de junho de 2016 a Companhia apresenta um capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 119.565 (R\$ 99.565 em 31 de dezembro de 2015), representado por 158.488.517 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Cada ação ordinária corresponde a um voto nas Assembleias Gerais, segundo os direitos e privilégios próprios estabelecidos, por lei e nos estatutos para a sua espécie.

A Companhia está autorizada a aumentar o capital social até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalizando um capital social representado por até 1.158.488.517 ações, sendo vedada a emissão de ações preferenciais ou partes beneficiárias.

Em 30 de junho de 2016 havia 72.869.374 ações em circulação, o equivalente a 45,98% do total de ações emitidas (72.769.371 em 31 de dezembro de 2015, equivalente a 45,91% do total). Compreende o saldo das ações em circulação todos os títulos disponíveis para negociação no mercado, excluídos aqueles detidos por controladores, membros do Conselho de Administração e Diretoria.

---

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

---

### b) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente através da destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos acumulados ou aumentar o capital social. Em 30 de junho de 2016, o saldo da reserva legal soma o montante de R\$ 15.113 (R\$ 15.113 em 31 de dezembro de 2015) conforme previsto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

### c) Reserva de retenção de lucros

O montante de R\$ 103.197 refere-se ao projeto de crescimento dos negócios, estabelecido no plano de investimentos da Companhia aprovado na Assembleia Geral Ordinária em 29 de abril de 2016, conforme orçamento de capital, em observância ao artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações.

### d) Lucros a disposição da AGO

Em Assembleia Geral realizada em 29 de abril de 2016, os Administradores da Companhia propuseram e aprovaram em Assembleia Geral a destinação das reservas em observância aos artigos 199 da Lei 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações)

### e) Ajuste de avaliação patrimonial – Custo atribuído

Em 2010, quando da adoção inicial das normas internacionais CPC 37 e IFRS 1, bem como, da adoção do CPC 43 e ICPC 10, a Companhia adotou a opção de utilizar a reavaliação do imobilizado efetuada em 2006 como custo atribuído, por entender que a mesma representava substancialmente o valor justo na data de transição.

Foi constituído em decorrência das reavaliações de terrenos, construções e benfeitorias, suportadas por laudo de reavaliação preparado por empresa avaliadora independente, a qual determinou os valores dos bens reavaliados, bem como estabeleceu o novo prazo de vida útil remanescente, que se constituiu em nova base de depreciação ao valor contábil líquido dos referidos bens.

Está sendo realizado conforme a depreciação das construções e benfeitorias reavaliadas registradas contra lucros acumulados. O mesmo efeito da realização do ajuste de avaliação patrimonial está refletido no resultado do exercício, pela depreciação dos ativos reavaliados.

Em 30 de junho de 2016 o saldo do ajuste de avaliação patrimonial de ativos próprios, líquido dos efeitos tributários diferidos, monta em R\$ 37.658 (R\$ 38.258 em 31 de dezembro de 2015), a despesa de depreciação da reavaliação, de R\$ 600 (R\$ 599 em 30 de junho de 2015), e o saldo do IR e CSLL diferidos sobre o ajuste de avaliação patrimonial registrado no passivo não circulante é de R\$ 19.400 (R\$ 19.708 em 31 de dezembro de 2015), vide nota explicativa nº 16(b).

Adicionalmente o saldo de ajuste de avaliação patrimonial no montante de R\$ 6.686 é composto, além do custo atribuído de R\$ 37.658 mencionado acima, pelos saldos dos ajustes acumulados de conversão no montante de R\$ 27.512 e outros resultados abrangentes R\$ 3.460 ambos redutores, conforme demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

## 32 Receitas

A reconciliação da receita bruta para a receita líquida, apresentada na demonstração do resultado do trimestre findo em 30 de junho de 2016, é como segue.



**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**a) Receitas incorridas no 2º trimestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Receita bruta de vendas	302.061	299.076	328.960	328.744
Deduções da receita bruta	(68.581)	(64.422)	(72.382)	(69.436)
Impostos sobre vendas	(59.253)	(55.046)	(62.568)	(59.310)
Devoluções	(9.328)	(9.376)	(9.814)	(10.126)
Receita líquida de vendas	233.480	234.654	256.578	259.308
Mercado interno	199.710	201.864	216.005	226.385
Mercado externo	33.770	32.790	40.573	32.923

**b) Receitas incorridas no 1º semestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Receita bruta de vendas	585.615	583.465	636.404	633.975
Deduções da receita bruta	(131.049)	(125.416)	(138.465)	(133.311)
Impostos sobre vendas	(112.741)	(109.590)	(119.198)	(116.402)
Devoluções	(18.308)	(15.826)	(19.267)	(16.909)
Receita líquida de vendas	454.566	458.049	497.939	500.664
Mercado interno	387.286	397.269	418.498	438.115
Mercado externo	67.280	60.780	79.441	62.549

**33 Despesas por natureza**

Os custos dos produtos vendidos, as despesas com vendas e administrativas para o trimestre findo em 30 de junho de 2016 são os seguintes:

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
<b>Custo e despesas</b>				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(168.334)	(155.124)	(169.520)	(160.875)
Com Vendas	(48.235)	(37.228)	(59.609)	(49.592)
Gerais e Administrativas	(9.540)	(7.978)	(9.705)	(9.269)
	<u>(226.109)</u>	<u>(200.330)</u>	<u>(238.834)</u>	<u>(219.736)</u>
<b>Abertura das despesas por natureza</b>				
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(4.570)	(1.911)	(4.417)	(14.124)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	93.302	78.561	91.617	87.342
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	13.075	11.868	13.075	12.483
Custo das mercadorias revendidas	20.504	34.415	22.929	38.672
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	3.234	1.601	3.234	1.601
Salários, encargos e benefícios a empregados (b)	54.288	41.378	59.105	50.207
Mão de obra e serviços de terceiros (c)	14.744	7.143	15.329	8.578
Amortização e depreciação	9.122	6.360	9.744	6.579
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	2.643	1.903	3.500	3.785
Comissões sobre vendas	7.090	5.890	7.466	6.282
Despesas com marketing e publicidade	3.280	2.748	5.712	5.409
Outras despesas comerciais	7.100	8.713	9.165	11.175
Outras despesas administrativas	2.297	1.661	2.375	1.747
<b>Total</b>	<u>226.109</u>	<u>200.330</u>	<u>238.834</u>	<u>219.736</u>

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

(b) O crescimento desses gastos, ocorreram basicamente em função da não adesão a tributação do INSS através da desoneração da folha de pagamento em 2016. Até 2015 a Companhia tributava o INSS de acordo com as regras de desoneração da folha de pagamento, registrando os valores como dedução da receita bruta.

(c) O crescimento desses gastos referem-se a despesas com serviços logísticos dos novos centros de distribuição.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
<b>Custo e despesas</b>				
Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(320.088)	(305.838)	(321.309)	(311.040)
Com Vendas	(97.111)	(72.839)	(120.755)	(94.465)
Gerais e Administrativas	(18.051)	(15.230)	(18.616)	(16.803)
	<u>(435.250)</u>	<u>(393.907)</u>	<u>(460.680)</u>	<u>(422.308)</u>
<b>Abertura das despesas por natureza</b>				
Variações nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração (a)	(2.791)	(8.774)	(2.660)	(20.985)
Custos diretos de produção (matérias-primas e insumos)	177.824	152.949	174.351	160.335
Gastos gerais de produção (incluindo manutenção)	19.519	22.847	19.518	23.462
Custo das mercadorias revendidas	39.330	77.612	43.374	82.700
Despesa com transporte das mercadorias vendidas	5.038	2.795	5.043	2.795
Salários, encargos e benefícios a empregados (b)	102.618	79.301	112.854	92.283
Mão de obra e serviços de terceiros (c)	33.259	14.769	34.575	17.037
Amortização e depreciação	17.950	12.704	19.133	13.063
Despesas com aluguéis e leasings operacionais	5.132	3.885	6.843	6.558
Comissões sobre vendas	13.298	11.501	14.066	12.187
Despesas com marketing e publicidade	5.431	3.999	9.926	8.096
Outras despesas comerciais	14.745	17.362	19.549	21.660
Outras despesas administrativas	3.897	2.957	4.108	3.117
Total	<u>435.250</u>	<u>393.907</u>	<u>460.680</u>	<u>422.308</u>

(a) A variação nos estoques de produtos acabados e produtos em elaboração é a diferença entre o custo do produto produzido e o custo do produto vendido, podendo ficar com saldo negativo pelas baixas de CPV referente produtos que foram produzidos em períodos anteriores que contemplavam a conta de estoque.

(b) O crescimento desses gastos, ocorreram basicamente em função da não adesão a tributação do INSS através da desoneração da folha de pagamento em 2016. Até 2015 a Companhia tributava o INSS de acordo com as regras de desoneração da folha de pagamento, registrando os valores como dedução da receita bruta.

(c) O crescimento desses gastos referem-se a despesas com serviços logísticos dos novos centros de distribuição.

## 34 Outras receitas e despesas operacionais líquidas

As outras receitas e despesas operacionais individuais e consolidadas para o trimestre findo em 30 de junho de 2016 é a seguinte:

**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	22	14	22	14
Créditos tributários (a)	1.135	-	1.135	-
Ativo tributário credito premio IPI (nota 17)	673	4.983	673	4.983
Outras receitas	-	51	1.126	55
<b>Total</b>	<b>1.830</b>	<b>5.048</b>	<b>2.956</b>	<b>5.052</b>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 27)	(1.470)	(413)	(1.483)	(413)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 30)	196	(944)	196	(1.053)
Provisão para participação no resultado (b)	1.564	(3.241)	1.564	(4.087)
Despesas pré operacionais Fábrica Alagoas	(32)	(70)	(32)	(2.708)
Outras despesas	(48)	(76)	(239)	(209)
<b>Total</b>	<b>210</b>	<b>(4.744)</b>	<b>6</b>	<b>(8.470)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>2.040</b>	<b>304</b>	<b>2.962</b>	<b>(3.418)</b>

(a) Créditos Extemporâneos de ICMS - venda não contribuinte 06/2011 à 06/2014

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício, revertido porque não foram atingidos os requisitos mínimos para pagamento.

**b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Outras receitas operacionais				
Receita de serviços	197	50	197	47
Créditos tributários (a)	1.135	-	1.135	-
Ativo tributário credito premio IPI (nota 17)	673	4.983	673	4.983
Outras receitas	98	180	1.224	188
<b>Total</b>	<b>2.103</b>	<b>5.213</b>	<b>3.229</b>	<b>5.218</b>
Outras despesas operacionais				
Provisão para contingências (nota 27)	(1.877)	(905)	(1.909)	(947)
Provisão para incentivo de longo prazo (nota 30)	-	(1.746)	-	(1.984)
Provisão para participação no resultado (b)	-	(5.828)	-	(7.115)
Despesas pré operacionais Fábrica Alagoas	(221)	(1.523)	(221)	(6.310)
Custo de ociosidade (c)	(4.391)	-	(4.391)	-
Outras despesas	(321)	(295)	(600)	(392)
<b>Total</b>	<b>(6.810)</b>	<b>(10.297)</b>	<b>(7.121)</b>	<b>(16.748)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(4.707)</b>	<b>(5.084)</b>	<b>(3.892)</b>	<b>(11.530)</b>

(a) Créditos Extemporâneos de ICMS - venda não contribuinte 06/2011 à 06/2014

(b) Reconhecimento de provisão de participação dos funcionários a ser pago após o final do exercício, revertido porque não foram atingidos os requisitos mínimos para pagamento.

(c) Despesas com adequação dos equipamentos de produção com intuito de ajustar a produção a demanda do mercado Nordeste.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### 35 Resultado financeiro

O resultado financeiro individual e consolidado do trimestre findo em 30 de junho de 2016 é o seguinte:

#### a) Despesas incorridas no 2º trimestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Receitas financeiras				
Juros	4.822	2.431	5.000	2.622
Atualização de ativos	2.902	2.277	2.902	2.277
Resultado de operação de Swap (a)	-	2.443	-	2.443
Outros	180	90	258	150
<b>Total</b>	<b>7.904</b>	<b>7.241</b>	<b>8.160</b>	<b>7.492</b>
Despesas financeiras				
Juros	(9.122)	(9.563)	(9.222)	(9.642)
Encargos financeiros com tributos	(1.716)	(1.657)	(1.727)	(1.670)
Atualização de provisões para contingências	(1.613)	(1.164)	(1.618)	(1.168)
Comissões e taxas de serviços	(807)	(576)	(1.187)	(716)
Deságios/despesas bancárias	(196)	(226)	(199)	(226)
Resultado de operação de Swap (a)	(5.912)	(5.673)	(5.912)	(5.673)
Juros sobre debêntures (provisionados)	(7.843)	-	(7.843)	-
Outros	(942)	(8)	(1.117)	(19)
<b>Total</b>	<b>(28.151)</b>	<b>(18.867)</b>	<b>(28.825)</b>	<b>(19.114)</b>
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(8.480)	(4.364)	(8.406)	(4.364)
Empréstimos e financiamentos	10.198	3.717	10.198	3.717
<b>Total</b>	<b>1.718</b>	<b>(647)</b>	<b>1.792</b>	<b>(647)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(18.529)</b>	<b>(12.273)</b>	<b>(18.873)</b>	<b>(12.269)</b>

(a) Provisão do resultado das operação de Swap, conforme detalhadas na nota explicativa 7.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### b) Despesas incorridas no 1º semestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Receitas financeiras				
Juros	10.387	5.318	10.746	5.673
Atualização de ativos	5.384	4.750	5.384	4.750
Resultado de operação de Swap (a)	-	10.283	-	10.283
Outros	396	271	488	356
<b>Total</b>	<b>16.167</b>	<b>20.622</b>	<b>16.618</b>	<b>21.062</b>
Despesas financeiras				
Juros	(18.023)	(17.548)	(18.229)	(17.683)
Encargos financeiros com tributos	(3.396)	(3.251)	(3.422)	(3.276)
Atualização de provisões para contingências	(3.032)	(2.172)	(3.042)	(2.179)
Comissões e taxas de serviços	(1.429)	(576)	(2.068)	(716)
Deságios/despesas bancárias	(378)	(226)	(382)	(226)
Resultado de operação de Swap (a)	(13.888)	(5.673)	(13.888)	(5.673)
Juros sobre debêntures (provisionados)	(16.877)	-	(16.877)	-
Imposto de renda sob juros e IOF	(520)	(2.558)	(536)	(2.561)
Outros	(1.339)	(1.934)	(1.538)	(2.059)
<b>Total</b>	<b>(58.882)</b>	<b>(33.938)</b>	<b>(59.982)</b>	<b>(34.373)</b>
Variação cambial líquida				
Clientes e fornecedores	(17.930)	3.947	(18.226)	3.947
Empréstimos e financiamentos	23.097	(16.809)	23.097	(16.809)
<b>Total</b>	<b>5.167</b>	<b>(12.862)</b>	<b>4.871</b>	<b>(12.862)</b>
<b>Total líquido</b>	<b>(37.548)</b>	<b>(26.178)</b>	<b>(38.493)</b>	<b>(26.173)</b>

(a) Provisão do resultado das operação de Swap, conforme detalhadas na nota explicativa 7.

## 36 Lucro por ação

### a) Básico

De acordo com o CPC 41 (Resultado por Ação), o lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

### Resultado do 2º trimestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	4.034	14.230	4.034	14.230
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro básico por ação básico por ação	0,0255	0,0898	0,0255	0,0898

### Resultado do 1º semestre de 2016 e 2015:

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	(2.190)	25.014	(2.190)	25.014
Quantidade média ponderada de ações ordinárias	158.489	158.489	158.489	158.489
Lucro básico por ação básico por ação	(0,0138)	0,1578	(0,0138)	0,1578

O lucro consolidado atribuível aos acionistas não considera a participação dos não controladores.

#### b) Diluído

O lucro diluído por ação é igual ao básico, uma vez que as ações ordinárias da Companhia não possuem fatores diluidores.

#### 37 Dividendos

Em 04 de julho de 2016, foi pago o montante de R\$ 7.269 mil, cerca de R\$ 0,046 (liquido dos pagamentos feitos em setembro de 2015). Desta forma, a remuneração total aos acionistas referente ao exercício de 2015 atingiu R\$ 12.505 mil, o que representou um yield (dividendo por ação dividido pela cotação final da ação) de 3,83%.

#### 38 Informações por segmento de negócio

A administração definiu os segmentos operacionais, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria-Executiva.

A Diretoria-Executiva efetua sua análise do negócio, segmentando-o sob a perspectiva dos mercados em que atua: Doméstico (Mercado Interno - Brasil) e Exportação (Mercado Externo - Outros Países).

A receita gerada pelos segmentos operacionais reportados é oriunda, exclusivamente, da fabricação e comercialização de revestimentos cerâmicos utilizados no setor de construção civil.

A Diretoria-Executiva avalia o desempenho dos segmentos operacionais com base na mensuração do resultado operacional (Resultado antes das despesas financeiras líquidas e nos tributos sobre o lucro – EBIT) e não leva em consideração os ativos para a análise de desempenho dos segmentos, dado que os ativos da companhia não são segregados.

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As informações por segmento de negócio, revisadas pela Diretoria-Executiva são as seguintes:

### a) Resultado do 2º trimestre de 2016 e 2015:

	Em 30 de junho de 2016			Em 30 de junho de 2015		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	216.005	40.573	256.578	226.385	32.923	259.308
Custo dos produtos vendidos	(143.114)	(26.406)	(169.520)	(140.450)	(20.425)	(160.875)
Lucro operacional bruto	72.891	14.167	87.058	85.935	12.498	98.433
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(57.225)	(9.127)	(66.352)	(54.374)	(7.905)	(62.279)
Vendas, gerais e administrativas	(60.222)	(9.092)	(69.314)	(51.390)	(7.471)	(58.861)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	2.997	(35)	2.962	(2.984)	(434)	(3.418)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	15.666	5.040	20.706	31.561	4.593	36.154
% sobre a ROL	7%	12%	8%	14%	14%	14%

### b) Resultado do 1º semestre de 2016 e 2015:

	Em 30 de junho de 2016			Em 30 de junho de 2015		
	Brasil	Outros Países	Total	Brasil	Outros Países	Total
Operações continuadas						
Receita	418.498	79.441	497.939	438.115	62.549	500.664
Custo dos produtos vendidos	(275.057)	(46.252)	(321.309)	(272.782)	(38.258)	(311.040)
Lucro operacional bruto	143.441	33.189	176.630	165.333	24.291	189.624
Receitas (despesas) operacionais líquidas	(125.228)	(18.035)	(143.263)	(107.699)	(15.099)	(122.798)
Vendas, gerais e administrativas	(122.287)	(17.084)	(139.371)	(97.587)	(13.681)	(111.268)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(2.941)	(951)	(3.892)	(10.112)	(1.418)	(11.530)
Resultado operacional antes do resultado financeiro	18.213	15.154	33.367	57.634	9.192	66.826
% sobre a ROL	4%	19%	7%	13%	15%	13%

A Companhia não possui clientes que representam individualmente mais de 10% da receita líquida de venda.

## 39 Compromissos

### a) Compromissos para aquisição de ativos

Em 30 de junho de 2016 não tivemos gastos contratados, referente ao Imobilizado.

### b) Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os arrendamentos mercantis operacionais referem-se a aquisição de veículos. Os pagamentos mínimos futuros não canceláveis, em 30 de junho de 2016 e 31 de dezembro de 2015 são de R\$ 695 e R\$ 699 respectivamente para menos de um ano. Para mais de um ano e menos de cinco anos são de R\$ 581 e R\$ 904 respectivamente.

## 40 Cobertura de seguros

A cobertura de seguros atual é considerada suficiente pela Administração para cobrir eventuais sinistros. Em 30 de junho de 2016 a cobertura para incêndio, raio e explosão de qualquer natureza era de R\$ 84.000, para vendaval, fumaça com impacto de veículos no valor de R\$ 25.000, lucros cessantes



## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

no valor de R\$ 51.115 e danos elétricos, tumultos e responsabilidade civil no montante de R\$ 5.600. A vigência da apólice corresponde ao período de 13 de junho de 2016 até 13 de junho de 2017.

A Companhia também possui Seguro de Responsabilidade Civil para Administradores (D&O), contratado com a ACE Seguros Soluções Corporativas S/A, para a cobertura de perdas e danos a terceiros por atos vinculados ao exercício das funções e atribuições dos Administradores, até o montante de R\$ 10 milhões, com vigência de 27 de agosto de 2015 até 27 de agosto de 2016.

Adicionalmente a Companhia contratou uma apólice com a Fairfax Brasil, referente a prestação de garantia na reclamação trabalhista nº 0234100-60.1998.5.05.0015 no valor de R\$ 33.548, vigente de 24 de junho de 2014 até 24 de junho de 2017.

### 41 Empresas ligadas e partes relacionadas

As transações comerciais de compra e venda de produtos, matérias primas e contratação de serviços, assim como as transações financeiras de empréstimos, captação de recursos entre a Controladora e as controladas, foram realizadas conforme abaixo.

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015
<b>Ativo</b>			
Dividendos a receber	Portobello Shop S.A.	11.250	14.850
Contas a receber	Portobello América, Inc.	65.719	79.947
Contas a receber	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	2.707	4.268
Valores a receber	Portobello Shop S.A.	74	48
Créditos com Controladas - Não Circulante		68.500	84.263
Créditos com outras pessoas ligadas	Refinadora Catarinense S.A.	87.936	84.601
<b>Passivo</b>			
Dividendos antecipados	Portobello Shop S.A.	-	5.763
<b>Outras transações</b>			
Adiantamento a fornecedores	Mineração Portobello Ltda.	1.090	752
Contas a receber - líquido de adiantamento	Solução Cerâmica Com. Ltda.	503	10
Contas a receber - líquido de adiantamento	Flooring Revest. Cer. Ltda.	233	523
		1.826	1.285

## Notas Explicativas

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Natureza	Transações com controladas e empresas ligadas	2º Trimestre		Acumulado	
		30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
<b>Receitas</b>					
Prestação de serviços	Portobello Shop S.A.	-	-	-	-
Venda de produtos	Solução Cerâmica Com. Ltda.	5.751	5.326	10.796	10.111
Venda de produtos	Flooring Revest. Cer. Ltda.	2.507	2.589	4.457	4.514
Venda de produtos	PBTech Com. Serv. Cer. Ltda.	5.170	4.538	8.827	8.264
<b>Despesas</b>					
Custo dos serviços prestados	Portobello Shop S.A.	-	-	-	-
Compra de produtos	Mineração Portobello Ltda.	(1.685)	(1.334)	(3.473)	(2.728)
Aluguel	Gomes Participações Societárias Ltda.	(92)	(146)	(182)	(260)
		<b>11.651</b>	<b>10.973</b>	<b>20.425</b>	<b>19.901</b>

A controlada Portobello Shop é avalista da Companhia em alguns financiamentos (vide nota explicativa 23).

### Transações entre as partes relacionadas

A Portobello Shop apresenta contas a receber e receita de serviços referente a royalties de quatro franqueadas que são partes relacionadas. Compõem a rede de franquias uma controlada da Companhia e duas empresas ligadas. Seguem transações:

Transações com controladas e empresas ligadas	Natureza	30 de junho de 2016	31 de dezembro de 2015	2º Trimestre		Acumulado		
				Natureza	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
	Ativo			<b>Receitas</b>				
Solução Cerâmica Com. Ltda.	Contas a receber	603	361	Royalties	1.450	1.337	2.707	2.534
Flooring Revest. Cer. Ltda.	Contas a receber	263	168	Royalties	632	687	1.137	1.203
		<b>866</b>	<b>529</b>		<b>2.082</b>	<b>2.024</b>	<b>3.844</b>	<b>3.737</b>

### Remuneração do pessoal chave da administração

As despesas de remuneração pagas ao pessoal chave da administração, que compreendem os membros da diretoria, conselho de administração, conselho fiscal e gerência, registradas no trimestre findo em 30 de junho de 2016 são:

**Notas Explicativas**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**a) Despesas Incorridas no 2º trimestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Remuneração fixa				
Salários	3.024	2.374	3.385	2.920
Honorários	1.165	1.098	1.165	1.098
Remuneração variável	2.720	3.133	2.936	3.694
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	212	205	212	210
Outros	436	338	469	409
Benefícios por desligamento	-	-	-	332
	<b>7.557</b>	<b>7.148</b>	<b>8.167</b>	<b>8.663</b>

**b) Despesas Incorridas no 1º semestre de 2016 e 2015:**

	Controladora		Consolidado	
	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015	30 de junho de 2016	30 de junho de 2015
Remuneração fixa				
Salários	6.103	4.960	6.835	5.979
Honorários	2.314	2.176	2.314	2.176
Remuneração variável	3.139	3.488	3.422	4.115
Benefícios diretos e indiretos de curto prazo				
Plano de previdência	446	422	446	439
Outros	935	692	1.067	827
Benefícios por desligamento	-	51	-	383
	<b>12.937</b>	<b>11.789</b>	<b>14.084</b>	<b>13.919</b>

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de Informações Trimestrais - ITR

Aos Conselheiros e Diretores e Acionistas da

PBG S.A.

Tijucas - SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da PBG S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, emitida pelo IASB aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 11 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis

Contador CRC SC-024494/O-1

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão

Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2016; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2016.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 12 de agosto de 2016.

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e Relatório de Revisão

Especial dos Auditores Independentes

Nos termos da Instrução CVM 480/09, inciso I do artigo 28, em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da referida instrução, a diretoria da PBG S.A., declara que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2016; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no relatório de revisão especial da KPMG Auditores Independentes, relativamente às Informações Trimestrais da Companhia do trimestre findo em 30.06.2016.

Composição da Diretoria

Cesar Gomes Júnior – Diretor Presidente

Cláudio Ávila da Silva – Diretor Vice-Presidente

John Shojiro Suzuki – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Mauro do Valle Pereira – Diretor

Tijucas, 12 de agosto de 2016.